

Plano de Atividades 2025

INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.



Vogal

Lídia Praça

Presidente

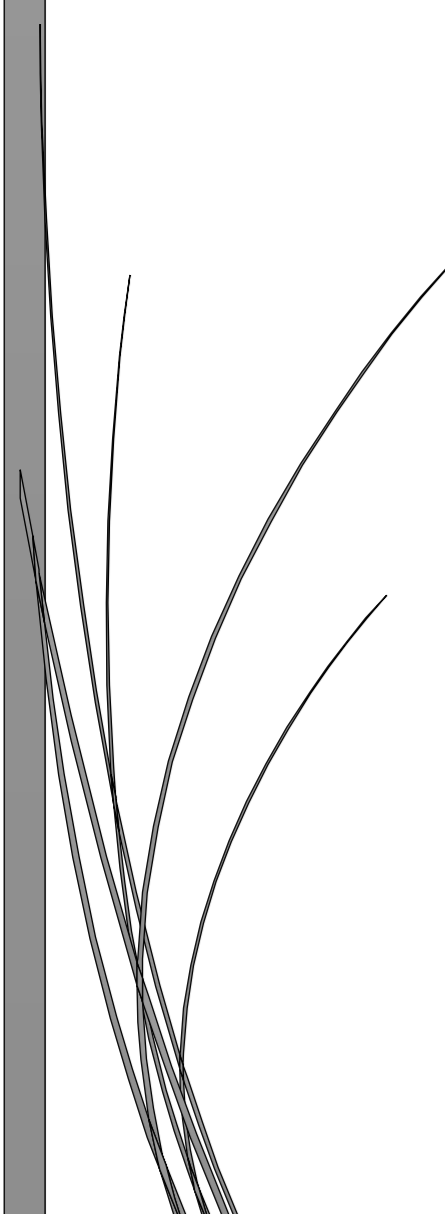
Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Vice-Presidente

Paulo Santos

Vogal

Carla Silva



FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES | 2025

Entidade

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Tutela

Assuntos Parlamentares | Juventude e Modernização

Data de finalização

22 de novembro de 2024 – v.00

Versão revista

10 de dezembro de 2024 – v.1.0

Coordenação e Elaboração

Divisão de Recursos Humanos

Endereço

Rua Rodrigo da Fonseca, 55

1250-190 Lisboa

Página Oficial: <https://ipdj.gov.pt/>

Contactos

E-mail: geral@ipdj.pt

Tel. (351) 210 470 000

01 | ENQUADRAMENTO

Sumário Executivo

Nota Introdutória

02 | O INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P

Identidade Organizacional

Atribuições

Estrutura Orgânica

03 | METODOLOGIA**04 | ANÁLISE DE CONTEXTO**

Contexto Interno e Externo

Partes Interessadas

05 | QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

QUAR: Objetivos Estratégicos e Operacionais

QUAR: Objetivos Operacionais e Objetivos mais revelantes

Objetivos Operacionais - Matriz de Enquadramento

Dimensões: Eficácia, Eficiência, Qualidade

Alinhamento Estratégico

06 | ATIVIDADE PLANEADA

Área de Intervenção: Juventude

Área de Intervenção: Desporto e Atividade Física

Área de Intervenção: Medicina Desportiva e Reabilitação

Área de Intervenção: Relações Internacionais, Comunicação e Museologia

Área de Intervenção: Direções Regionais

5	Área de Intervenção: Jurídico, Contencioso, Fiscalização e Auditoria	45
6	Área de Intervenção: Infraestruturas: Desportivas e Tecnológicas	48
9	Área de Intervenção: Modernização Administrativa	50
10	Área de Intervenção: Financeira, Orçamental e Contratação Pública	52
11	Área de Intervenção: Planeamento, Recursos Humanos, Gestão de Carreiras	54
12	07 OUTRAS ATIVIDADES	56
13	Políticas Transversais	57
14	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	60
17	08 RECURSOS	71
18	Recursos Humanos, Financeiros e Materiais	72
19	Formação Profissional	74
20	Sistema de Gestão: NP4552:2022	76
21	09 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	77
22	Medidas de Modernização Administrativa	78
23	10 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	79
24	11 GLOSSÁRIO DE SIGLAS	81
25	12 ANEXOS	82
26	Anexo I Quadro de Avaliação e Responsabilização	
27	Anexo II Memória Descritiva - QUAR	
32	Anexo III Mapa de Pessoal 2025	
39	Anexo IV Plano de Formação 2025	
41	Anexo V Mapas Orçamentais	
43		

01 | ENQUADRAMENTO

- Sumário Executivo
- Nota Introdutória

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P, doravante designado por IPDJ, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, com a missão de **executar uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.**

O Plano de Atividades para o ano de 2025 apresenta as diretrizes, metas e ações estratégicas que orientarão as atividades do Instituto no próximo ano, refletindo o compromisso em alcançar objetivos e metas, otimizar os recursos disponíveis e gerar impactos positivos para os públicos-alvo e demais partes interessadas, alinhando-se às prioridades definidas pelo XXIV Governo Constitucional, para as áreas do desporto, da juventude e da administração pública.

Com foco na eficácia, eficiência, e qualidade dos serviços, o plano estrutura ações orientadas para os jovens e para os atletas, bem como para a promoção da atividade física em todos os segmentos da sociedade e, particularmente, das mulheres, visando, ainda a melhoria contínua dos processos internos, e o cumprimento de metas específicas propostas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para o efeito e seguindo o definido no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) referente ao ciclo de gestão de 2024, ancorados na nossa Missão, Visão e Valores foram identificados os seguintes Objetivos Estratégicos para ano 2025:

OE1

Fomentar o desporto para todos, a atividade física e a participação cívica dos jovens, dando relevo às dimensões da Igualdade de Oportunidades e da Inclusão social

OE2

Desenvolver as áreas do Desporto e da Juventude a nível nacional e internacional, designadamente através da capacitação dos respetivos agentes, da otimização de infraestruturas e do envolvimento dos jovens nos processos de decisão.

OE3

Identificar e implementar práticas inovadoras na gestão, tramitação e melhoria da prestação de serviços, eliminando redundâncias e passos inúteis na relação do Serviço com o cidadão

A linha de continuidade para consecução de objetivos entendidos estratégicos nas áreas de missão, desenhados em anteriores ciclos de gestão, não afastam o entendimento de que importa reforçar as capacidades internas do Instituto, na prestação de um serviço público distinto, em conformidade com a proposta do XXIV Governo Constitucional, plasmadas na proposta de Lei das Grandes Opções do Plano 2024-2028. Assim, os três objetivos estratégicos desdobram-se nas dimensões de Eficácia, Eficiência e Qualidade, em nove Objetivos Operacionais, cuja natureza, em cada dimensão, deverá impactar toda a atividade do Instituto, promovendo a estabilidade e a eficiência organizacional, bem como o compromisso com a qualidade do serviço público prestado em todas as áreas de intervenção.

Pretende-se, no **contexto externo**, reforçar a participação e o envolvimento dos jovens nos processos de decisão; capacitar os agentes desportivos; requalificar a rede de infraestruturas desportivas e incrementar a atividade física e desportiva em todos os segmentos da população, bem como prosseguir o apoio ao alto rendimento.

De igual modo, no **contexto interno**, assume-se a importância de um desenvolvimento organizacional que favoreça a inovação, o rigor e a transparência, sem descuidar as relações interpessoais e as medidas de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, focando na capacitação, particularmente em matérias de IA e melhor *performance* dos trabalhadores, potenciando a qualidade do clima de trabalho e a consequente motivação dos mesmos.

O Plano para 2025, contempla as atividades e projetos a desenvolver no âmbito do [Programa ESCOLHAS](#), destinado a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos de maior vulnerabilidade, cuja missão no atual Escolhas 9ª geração (E9G), visa promover a inclusão e integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o desenvolvimento de competências, o pensamento crítico e criativo, a valorização do poder educativo das artes e do desporto, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social

Contempla, igualmente, a execução do [Programa ANDA](#) (Conhecer Portugal), que proporciona aos jovens que tenham concluído ou concluíam o 12º ano até 2025, a oportunidade de conhecer a diversidade cultural e o património histórico e natural do país através das Pousadas de Juventude e dos Comboios de Portugal.

Prossegue, ainda, o compromisso assumido pela execução eficiente, eficaz e económica do investimento [RE-C01-i09: SUAVA](#) (Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa) de 10M€, que visa contribuir para a resiliência dos cidadãos, promovendo o bem-estar físico e emocional dos mesmos através do aumento da atividade física no País e melhorar a prevenção de doenças cardiovasculares e outras e a gestão dos encargos com doenças não transmissíveis, cuja conclusão prevista para 2025 deverá observar um período de intensa execução física e financeira.

Paralelamente, o **Programa CUIDA-TE** deverá conhecer um **crescimento exponencial no ano de 2025, na promoção da saúde juvenil e dos estilos de vida saudável**, nomeadamente no que concerne a saúde mental e bem-estar emocional, corpo e atividade física, alimentação, sexualidade e comportamentos aditivos, prevendo-se o incremento de profissionais de saúde nas cinco regiões do país e a eliminação de tempo de espera de atendimento.

Para a prossecução da sua missão e estratégia, o IPDJ prevê contar com uma equipa de recursos humanos, num total de 455 trabalhadores correspondendo a cargos não inseridos em carreiras, bem como carreiras gerais e especiais nomeadamente medicina, enfermagem, técnica superior de saúde e técnica superior de diagnóstico e terapêutica, nas profissões de radiologia, fisioterapia e cardiopneumologia.

No próximo ciclo de gestão, em matéria de recrutamento de ativos humanos, o IPDJ deverá prosseguir as suas iniciativas visando o rejuvenescimento e a adequação dos efetivos às competências do Organismo, bem como manter o investimento na formação profissional, nomeadamente, promovendo a literacia dos trabalhadores, em IA e assuntos conexos.

O **orçamento do IPDJ para 2025** tem prevista uma dotação de 111.1M€ englobando todas as despesas inerentes ao seu funcionamento e atividades. Este valor global inclui o orçamento afeto ao programa Escolhas no montante de 7,9M€, o orçamento afeto ao Programa Anda no montante de 3,9M€ e inclui, ainda, o montante relativo às despesas com a comunicação institucional.

A afirmação do IPDJ como organismo de excelência e referência nacional e internacional, à semelhança de outros congéneres internacionais, passa pela valorização dos seus ativos: pessoas e espaços. Tal desígnio requer uma atuação de natureza variada, nomeadamente pelo incentivo à inscrição e conclusão de cursos designadamente, doutorais, dos trabalhadores, tanto em áreas específicas como transversais, a realização de ações de formação que visem melhorar a prestação dos trabalhadores, tanto a nível técnico como interpessoal e intrapessoal, e promover visitas técnicas a organismos congéneres internacionais de referência e infraestruturas da mesma natureza com que o IPDJ trabalha (por exemplo, centros de alto rendimento, infraestruturas desportivas, centros de juventude, etc.). Paralelamente, urge construir e implementar ações e processos que cativem trabalhadores para o IPDJ e estimulem os ativos humanos a manter-se, de forma a assegurar estabilidade e resistência a médio e longo prazos, isto é, um Instituto para o futuro. Um IPDJ forte será um veículo de apoio à decisão no que diz respeito a políticas públicas e programas nacionais, regionais e locais.

O presente documento constitui o Plano de Atividades (PA) do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., (IPDJ) para o ciclo de gestão de 2025. A par do Quadro de Responsabilização e Avaliação (QUAR), pretende sistematizar as **ações estratégicas do Instituto**, com o objetivo de **alcançar metas de desempenho ambiciosas**, em alinhamento com a sua missão e visão.

Tendo como referência a Missão, Visão e Valores, bem como o Programa do XXIV Governo Constitucional, no âmbito do Desporto e da Juventude, o IPDJ elaborou o presente documento, o qual reflete, igualmente, outros referenciais estratégicos nacionais e europeus com impacto na atividade do Instituto, nomeadamente:

- Grandes Opções do Plano 2024-2028, no que concerne o desporto e a atividade física e os jovens;
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Declaração Lisboa +21;
- Plano de Recuperação e Resiliência, no que concerne o Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa

No ciclo de gestão que se inicia em janeiro de 2025, o IPDJ pretende igualmente apostar em orientações sólidas, de natureza técnica em cada área de especialização, reconhecendo o previsível impacto muito positivo das mesmas em diversos níveis, incluindo a eficiência interna e a redução de custos com eliminação do recurso a contratação externa. Esta **abordagem estratégica**, que inclui o desenvolvimento de planos de carreira e o impulso à utilização de ferramentas com IA, constitui **novos objetivos operacionais, considerados fundamentais para o sucesso organizacional**.

Considerando, assim, a sua missão, as orientações das Tutelas, bem como a disciplina orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas, o IPDJ reforça em 2025 a sua estratégia robustecendo as políticas e as práticas nas áreas da Juventude e do Desporto, bem como melhores práticas organizacionais de serviço público, integrando, ainda, na sua estratégia, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

02 | O INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P

- Identidade Organizacional
- Atribuições
- Estrutura Orgânica

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., é um Instituto Público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com capacidade jurídica de intervenção sobre todo o território nacional, atuando sob a superintendência e tutela do Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Ministra da Juventude e Modernização.

O Plano de Atividades 2025 prossegue a materialização da visão do IPDJ, I.P., suportada nos 3 pilares de orientação estratégica, na missão e nos valores que promovem as boas práticas individuais e de equipa, aliados a valores transversais inerentes à prossecução do interesse público e dos serviços prestados aos jovens, atletas, partes interessadas e comunidade, em geral.



V
A
L
O
R
E
S

CONFIABILIDADE

A confiança que geramos, fruto da nossa atuação interna e externa e o compromisso com os resultados esperados, é um bem que protegemos e de que nos orgulhamos

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Respeitamos a diferença, promovemos uma cultura inclusiva e abraçamos a diversidade em todas as suas formas

SOLIDARIEDADE

Estamos comprometidos com o bem-estar coletivo e promovemos a cooperação e o mútuo apoio, interna e externamente

INTEGRIDADE

Cumprimos os nossos compromissos, priorizamos a ética e prezamos a comunicação com clareza e verdade

RESPONSABILIDADE

Estabelecemos e mantemos relacionamentos sólidos, cumprimos os prazos de pagamento e assumimos o compromisso com a palavra dada

12 ATRIBUIÇÕES

O IPDJ, I. P., tem como atribuições gerais o apoio, definição, execução e avaliação da política pública do desporto, promovendo a sua generalização, bem como o apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos humanos e financeiros, bem como a preservação da ética no desporto.

Simultaneamente, na área da juventude tem as competências de dinamização e apoio ao associativismo, ao voluntariado e promoção da cidadania, à ocupação de tempos livres, à educação não formal, à informação e à mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e no estrangeiro. Assegura a relação com os jovens e as associações enquadradas em programas específicos de apoio às suas atividades ou iniciativas. Promove, igualmente a consolidação de uma ação integrada em matéria de juventude, assim como da promoção da participação e envolvimento dos jovens nos processos de decisão.

No âmbito das suas atribuições estabelece relações de cooperação com entidades públicas e/ou privadas, nacionais e estrangeiras, sem que tais relações impliquem delegação ou partilha de atribuições e competências, mantendo-se fiel à sua missão de ser um Instituto de execução de uma política integrada e descentralizada, para as áreas do desporto e da juventude.

LEI ORGÂNICA

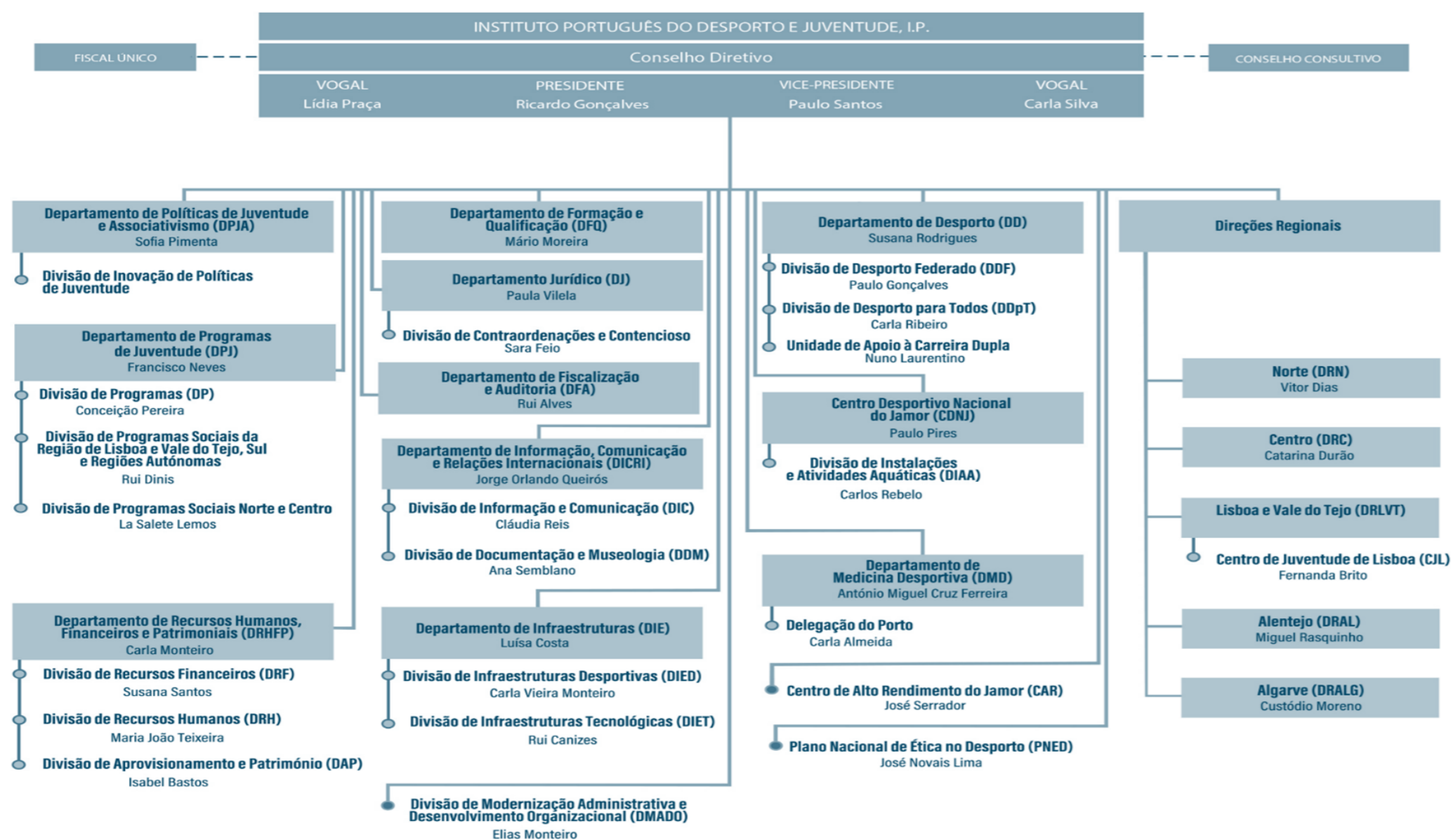
- [Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro](#)
- [Decreto-Lei n.º 132/2014 de 3 de setembro \(1ª alteração\)](#)
- [Decreto-Lei n.º 35/2022, de 20 de maio \(2ª alteração\)](#)
- [Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho \(3ª alteração\)](#)

ESTATUTOS

- [Portaria n.º 11/2012 de 11 de janeiro](#)
- [Portaria n.º 231/2015 de 6 de agosto \(1ª alteração\)](#)
- [Portaria n.º 27/2024, de 30 de janeiro \(2ª alteração\)](#)

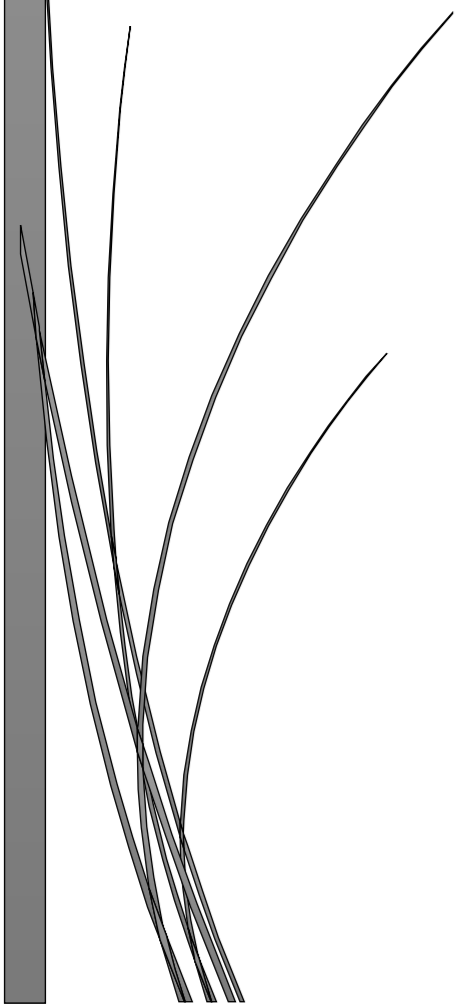
A estrutura organizacional do IPDJ reflete as preocupações inerentes à sua criação, concretamente a integração e articulação de atividades e conjugação de energias entre as diferentes áreas de intervenção do Instituto, nas áreas do desporto e da juventude e a otimização dos recursos técnicos, logísticos e financeiros, sem prejuízo da sua intervenção e capacidade de resposta.

Desenhada com uma estrutura hierarquizada, a orgânica atual do IPDJ é a seguinte:





03 | METODOLOGIA



O planeamento da atividade do IPDJ para o ano 2025, mantém o seu alinhamento com a Missão do Organismo, refletindo o desenvolvimento das políticas do Governo, para as áreas do Desporto, da Juventude e da Administração Pública.

Considerando a data de início de funções do novo Conselho Diretivo e a concomitante reorganização interna, não se afigurou possível a participação direta dos trabalhadores em sede de planeamento. Não obstante, em conjunto, o Conselho Diretivo e os dirigentes intermédios traçaram os objetivos e atividades a constar do Quadro de Avaliação e Responsabilização e, em momento posterior, os dirigentes intermédios traçaram com as respetivas equipas, os objetivos e ações a concretizar no ano de 2025, alinhados com os Objetivos Estratégicos do Instituto, assegurando-se, deste modo, o **envolvimento das equipas na estratégia do Organismo e desdobramento dos objetivos para o processo de avaliação, em sede de contratualização de objetivos no âmbito do SIADAP 3.**

A elaboração da proposta de QUAR e Plano de Atividades, subordinou-se às orientações do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços e da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, orientando-se, ainda, pela Lei das Grandes Opções do Plano (GOP), pelo Programa do XXIV Governo Constitucional, pela Lei do Orçamento de Estado para 2025, pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e pelo sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP).

A elaboração do Plano de Atividades obedeceu à seguinte metodologia:

1. **Orientações do Conselho Diretivo** - Em conformidade com o Programa do Governo e da Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano 2024-2028;
2. **Análise de Contexto** – Categorização das partes interessadas, análise Swot e correspondente análise dos contextos interno e externo.
3. **Definição dos Objetivos Estratégicos e Operacionais** - Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR);
4. **Definição dos Objetivos Extraquadro** –Plano de Atividades (PA)
5. **Alinhamento** – Alinhamento de todos os objetivos com a estratégia definida
6. **Parecer do Conselho Consultivo** – Nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, na redação atual
7. **Aprovação pelo Conselho Diretivo**
8. **Submissão do Plano de Atividades, QUAR e demais documentos anexos, à Entidade Coordenadora (SG PCM)**
9. **Comunicação** – Divulgação interna do QUAR e Plano de Atividades, para acompanhamento e posterior desdobramento de objetivos no âmbito do SIADAP 2 e 3.

16 METODOLOGIA

Na preparação do planeamento para 2025 foi considerado o ciclo PDCA, visando o acompanhamento dos objetivos organizacionais, implementação de medidas de simplificação e rigor processual e/ou procedimental e identificação e eliminação de atividades ineficientes. Assim, tendo por desiderato uma prestação eficaz, eficiente e de qualidade dos serviços que presta aos públicos-alvo, demais partes interessadas e cidadãos, em geral, o IPDJ deverá assegurar, cfr. quadro infra, a monitorização dos objetivos e atividades propostos, identificando a sua boa execução e, sendo o caso, os pontos de melhoria, bem como eventuais necessidades de reformulação ou de redirecionamento de ações, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos propostos.

O grau de realização do Plano de Atividades 2025 deverá ser medido através da média simples dos resultados obtidos dos objetivos operacionais, sendo que os resultados dos objetivos operacionais são aferidos pela média ponderada dos indicadores.

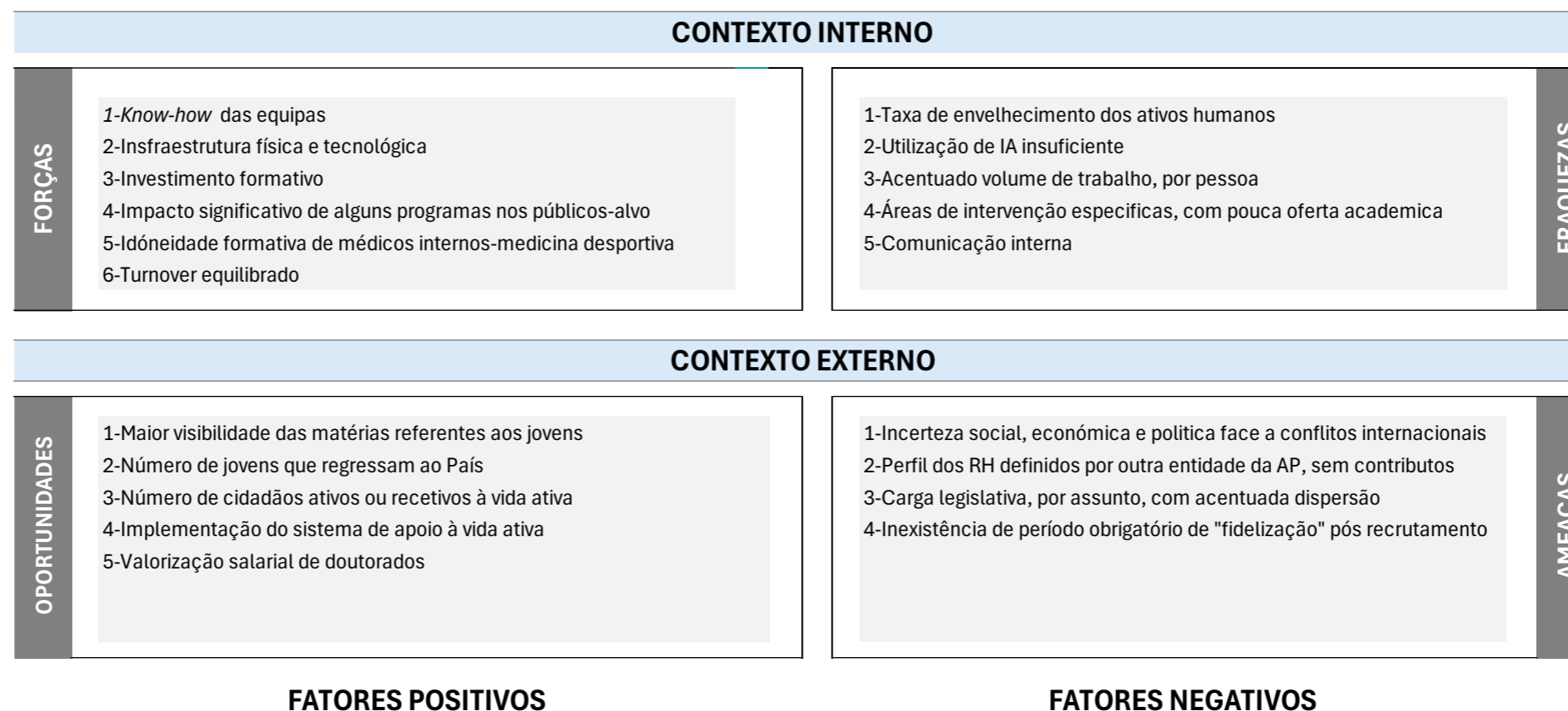
PLANEAMENTO 2025 / 2026

	1º TRIMESTRE			2º TRIMESTRE			3º TRIMESTRE			4º TRIMESTRE			
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
PLANEAMENTO	OBJET.SIADAP 2			Planeamento Atividade 2026-CD / Serviços			Aprovação Mapa			Submissão PA-Entidade Coordenadora			
	OBJET.SIADAP 3			Elaboração QUAR 2026			Orçamento 2026			Aprovação PA			
	NP 4552:2022			Elaboração Plano Atividades 2026			Submissão PA-Conselho Consultivo						
	Elaboração Plano Anual de Férias-2025			Elaboração Plano Formação 2026			MAPA 2026						
MONITORIZAÇÃO				QUAR						QUAR			
				PA e ODS						PA e ODS			
				NP 4552:2022						NP 4552:2022-Rev			
AVALIAÇÃO	Elaboração Relatório Atividades 2024												
	Elaboração Relatório Autoavaliação 2024												
	Questionários Satisfação 2024												
	Elaboração Balanço Social 2024												
	Submissão Relatório-Conselho Consultivo		Auditoria APCER										
	Avaliação 2023-2024 -SIADAP 2 3												

04 | ANÁLISE DE CONTEXTO

- Contexto Interno e Externo
- Partes Interessadas

CONTEXTO INTERNO E EXTERNO



No **âmbito interno**, a influência significativa da ação do IPDJ no tecido social, no tecido urbano e na economia, que se pretende construtiva, requer um mapa de pessoal de excelência, condição que implica coesão, visão, conhecimentos profundos das matérias a tratar e em constante atualização. É fundamental proporcionar a frequência de ações de formação, que munam os trabalhadores com competências novas e transversais (áreas técnicas e tecnológicas, ambiente, pessoais, tec.) e estimular a obtenção de graus académicos em áreas específicas e transversais, em particular o de doutoramento. Por outro lado, o envelhecimento do mapa de pessoal do IPDJ implica, inevitavelmente, sob pena de se perder o conhecimento adquirido e consolidado ao longo de décadas, o recrutamento de novos trabalhadores e elaboração dos respetivos planos de sucessão.

Quanto ao **âmbito externo**, a incerteza social, económica e política associada a conflitos internacionais, mudanças climáticas e gentrificação dos grandes centros urbanos poderão constituir-se como uma ameaça ao funcionamento do IPDJ, requerendo a adoção de políticas internas de mitigação dos seus efeitos e de inclusão, que dotem os trabalhadores de novas competências (especialização de equipas) e meios (por exemplo, programas, sistemas informáticos com IA) que salvaguardem a qualidade do trabalho realizado presencial e remotamente, bem como crescente melhoria dos espaços de trabalho.

Reconhecendo a importância das partes interessadas, o IPDJ integra as mesmas no planeamento estratégico, incorporando as suas expectativas nas atividades desenvolvidas em cada área de intervenção. O resultado da soma das pontuações atribuídas para cada critério definirá o nível de significância da parte interessada para a prossecução das atividades do IPDJ, permitindo priorizar a necessidade de desenvolvimento/aperfeiçoamento de ações relacionadas com as mesmas.

	Significância Alta (entre os 30 e os 36 pontos);
	Significância Média (entre os 20 e os 29 pontos)
	Significância Baixa (abaixo dos 20 pontos)

Partes Interessadas	Tipo	Impacto da Atividade	Critérios de Categorização				Resultado	Expectativas da PI
			Vínculo	Influência	Dependência	Representação		
Trabalhadores	Interna	Para Ambos	9	9	9	9	36	Bem-estar; confiança entre as partes; reconhecimento e investimento formativo
Atletas Residentes	Interna	Para Ambos	9	9	9	9	36	Boas condições físicas de treino e descanso; acompanhamento nutricional e mental
Jovens	Externa	Para a PI	9	9	7	9	34	Execução de programas com impacto na vida pessoal, profissional, académica, artística e mental
Membros do Governo - Tutelas	Externa	Para Ambos	9	7	9	9	34	Cumprimento das linhas de orientação estratégica nas duas áreas de intervenção
Conselho Nacional da Juventude	Externa	Para a PI	9	9	7	9	34	Prestação do apoio técnico, logístico e material em função das necessidades expressadas
Conselho Nacional do Desporto	Externa	Para a PI	9	9	7	9	34	Prestação do apoio técnico, logístico e material em função das necessidades expressadas
Confederação do Desporto de Portugal	Externa	Para Ambos	9	9	7	9	34	Cumprimento das obrigações legais
Comité Olímpico de Portugal	Externa	Para Ambos	9	9	7	9	34	Cumprimento das obrigações legais
Comité Paralímpico de Portugal	Externa	Para Ambos	9	9	7	9	34	Cumprimento das obrigações legais
Conselho Consultivo do IPDJ	Externa	Para Ambos	9	9	7	9	34	Participação atempada na definição de estratégias, para emissão de parecer
Fornecedores de Bens ou Serviços	Externa	Para Ambos	9	5	9	9	32	Cumprimento das obrigações contratuais
Atletas	Externa	Para a PI	9	7	7	7	30	Instalações desportivas adequadas e seguras, por modalidade; apoio à prática desportiva
Clubes Desportivos	Externa	Para Ambos	7	7	7	9	30	Apoio para aplicação de boas práticas com impacto na gestão do clube
Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto	Externa	Para a PI	9	7	3	9	28	Gestão do orçamento; processamento dos salários e reportes nos prazos legais
Autarquias	Externa	Para Ambos	7	7	5	9	28	Colaboração entre as partes
Praticantes de atividade física	Externa	Para a PI	9	5	7	5	26	Infraestruturas adaptadas à vida ativa e horários laborais compatíveis
Federações Desportivas	Externa	Para Ambos	9	5	3	9	26	Transferencia das verbas e apoio no cumprimento das cláusulas dos contratos-Programa
Federação Nacional de Associações Juvenis	Externa	Para Ambos	7	7	5	5	24	Cumprimento das obrigações legais
Movijovem	Externa	Para Ambos	7	5	3	9	24	Cumprimento das obrigações legais
Agência Erasmus +	Externa	Para Ambos	7	5	3	9	24	Cumprimento das obrigações legais
Serviços da AP	Externa	Para o IPDJ	5	5	7	7	24	Reportes e esclarecimentos celeres e proteção da reputação dos Organismos
Associações de Estudantes do ensino básico e secundário	Externa	Para Ambos	5	7	5	7	24	Execução das políticas do governo, divulgação de programas e auscultação
Associações de Estudantes do ensino superior	Externa	Para Ambos	5	7	5	7	24	Execução das políticas do governo, divulgação de programas e auscultação
Ordens Profissionais	Externa	Para o IPDJ	3	5	3	5	16	Cumprimento dos regulamentos e normas de cada especialidade

- 9 – crítico
- 7 – alto
- 5 – médio
- 3 – baixo

Impacto da Atividade
Vínculo
Influência
Dependência
Representação

A parte interessada tem impacto na atividade do IPDJ, se se verifica o oposto, ou se o impacto é mútuo
Nível de obrigações legais, financeiras ou operacionais que o IPDJ tem ou terá face à parte interessada, e vice-versa
Capacidade da parte interessada para influenciar ou vir a influenciar o cumprimento dos objetivos do IPDJ
Grau de dependência entre as atividades do IPDJ e da parte interessada, em termos socioeconómicos, de infraestrutura ou da satisfação de necessidades básicas
Representação da parte interessada, em nome próprio ou de terceiros, junto do IPDJ, por questões legais, estatutárias, de costumes ou culturais

05 | QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

- QUAR: Objetivos Estratégicos e Operacionais
- QUAR: Objetivos Operacionais e Objetivos mais revelantes
- Objetivos Operacionais – Matriz de Enquadramento
- Dimensões: Eficácia, Eficiência, Qualidade
- Alinhamento Estratégico

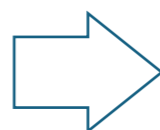
QUAR: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

OE1

Fomentar o desporto para todos, a atividade física e a participação cívica dos jovens, dando relevo às dimensões da igualdade de oportunidades e da inclusão social.

Pretende-se promover, apoiar a atividade física e o desporto, junto das pessoas jovens e da população em geral, bem como a participação cívica, a cidadania, a emancipação, a educação igualdade de oportunidades, a inclusão social, a saúde e o bem-estar

- **OP1:** Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas de juventude e a participação de jovens.
- **OP6:** Promover a eficiência dos serviços prestados ao público jovem.
- **OP7:** Garantir a satisfação global das partes interessadas

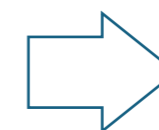


OE2

Desenvolver as áreas do Desporto e da Juventude a nível nacional e internacional, designadamente através da capacitação dos respetivos agentes, da otimização de infraestruturas e do envolvimento dos jovens nos processos de decisão

Pretende-se elevar a capacitação e a qualificação dos parceiros civis, institucionais, bem como dos colaboradores de proximidade e de promover a requalificação das infraestruturas desportivas

- **OP1:** Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas de juventude e a participação de jovens.
- **OP2:** Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas públicas na área do Desporto.
- **OP3:** Assegurar a prestação de Cuidados de Saúde aos atletas de Alto Rendimento e a integração dos cuidados dentro das unidades do IPDJ
- **OP8:** Desenvolver medidas na gestão de equipas, que promovam a excelência dos serviços prestados



OE3

Identificar e implementar práticas inovadoras na gestão, tramitação e melhoria da prestação de serviços, eliminando redundâncias e passos inúteis na relação do Serviço com o cidadão

Pretende-se criar e / ou melhorar ferramentas e procedimentos internos, que permitam eliminar atividades supérfluas ou ineficazes e introduzir mecanismos objetivos de natureza legal e tecnológica, que sirvam os cidadãos e permitam a especialização interna

- **OP4:** Promover a eficiência dos serviços e processos relacionados com a missão do IPDJ, através da digitalização.
- **OP5:** Promover a articulação da informação e comunicação com os setores-alvo e demais partes interessadas
- **OP9:** Promover a aplicação das práticas de Planeamento e de RH na AP, através da produção e divulgação de informação relevante

QUAR: OBJETIVOS OPERACIONAIS E OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

R

- OP1: Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas de juventude e a participação de jovens.

Pretende-se potenciar a execução da atividade da área da juventude e a participação dos jovens nas iniciativas desenvolvidas

R

- OP2: Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas públicas na área do Desporto.

Pretende-se promover a atividade física e desportivas, em todos os segmentos da população, através de iniciativas apoiadas financeiramente ou desenvolvidas pelo IPDJ

R

- OP3: Assegurar a prestação de Cuidados de Saúde aos atletas de Alto Rendimento e a integração dos cuidados dentro das unidades do IPDJ

Pretende-se melhorar a capacidade de resposta do Serviço aos atletas federados, com impacto na respetiva reabilitação e alto rendimento desportivo nacional, otimizando os recursos próprios humanos e materiais

R

- OP4: Promover a eficiência dos serviços e processos relacionados com a missão do IPDJ, através da digitalização.

Pretende-se aumentar o número de contratos-programa e protocolos assinados digitalmente, de modo a garantir maior celeridade procedimental, redução de custos e consequente foco na atividade

R

- OP5: Promover a articulação da informação e comunicação com os setores-alvo e demais partes interessadas

Pretende-se desenvolver ferramentas tecnológicas, nomeadamente com recurso a IA, que favoreçam a aproximação do IPDJ dos públicos-alvo e partes interessadas, nas vertentes comunicacional e informativa

- OP6: Promover a eficiência dos serviços prestados ao público jovem.

Pretende-se efetuar o acompanhamento de proximidade dos programas sociais, com vista a orientar/apoiar a boa execução física e financeira dos mesmos e consequente impacto nas populações, particularmente, nos mais jovens

R

- OP7: Garantir a satisfação global das partes interessadas

Pretende-se medir o nível de satisfação do IPDJ e partes interessadas relativamente à informação disponibilizada e aos serviços prestados, nas várias áreas de intervenção

- OP8: Desenvolver medidas na gestão de equipas, que promovam a excelência dos serviços prestados

Pretende-se desenvolver iniciativas no âmbito de RH interno designadamente em matéria de capacitação, em matérias de IA com vista a aumentar a produtividade e preparar o IPDJ para o futuro digital ao serviço da juventude e do desporto

- OP9: Promover a aplicação das práticas de Planeamento e de RH na AP, através da produção e divulgação de informação relevante

Pretende-se robustecer, uniformizar e divulgar a interpretação legal ou regulamentar, mediante orientações qualificadas, em cada área de intervenção e implementar na totalidade do Instituto as práticas de planeamento e de RH, organizadoras de toda a atividade

A soma dos **objetivos mais relevantes** inscritos no QUAR, representa **80% do peso total**.

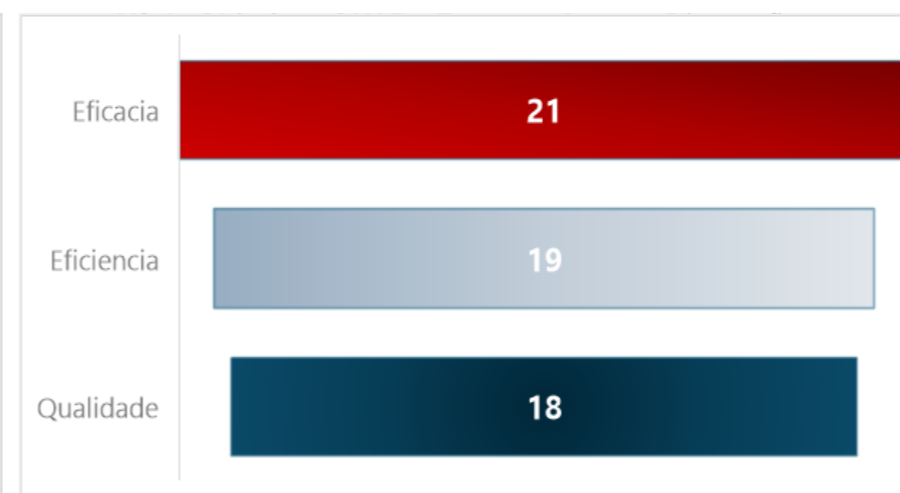
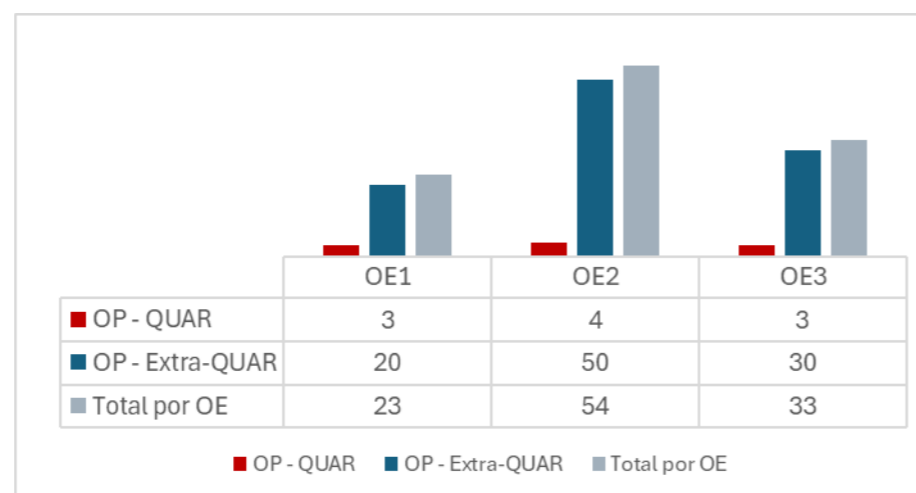
O resultado obtido foi apurado através da ponderação do peso de cada objetivo operacional no total, tendo sido agregados os 6 objetivos de maior peso: 3 de eficácia, 2 de eficiência e 1 de qualidade, representando mais de 50%, isto é, 80%, o que traduz a importância de serem alcançados os resultados esperados com otimização de todos os recursos disponíveis e o máximo de satisfação dos públicos-alvo e demais partes interessadas, relativamente às suas expectativas.

OBJETIVOS OPERACIONAIS – MATRIZ DE ENQUADRAMENTO

Concorrem direta ou indiretamente para o alcance dos objetivos estratégicos, os objetivos operacionais constantes do QUAR-Quadro de Avaliação e Responsabilização (OP), bem como os constantes do Plano de Atividades (A-OP), acompanhados das respetivas métricas, com vista a permitir a monitorização do progresso, cumprimento ou superação dos objetivos estratégicos. Assim, no quadro infra apresenta-se o enquadramento dos objetivos operacionais constante do QUAR para 2025.

		MATRIZ DE ENQUADRAMENTO								
		OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7	OP8	OP9
OE1	Fomentar o desporto para todos, a atividade física e a participação cívica dos jovens, dando relevo às dimensões da igualdade de oportunidades e da inclusão social.	X					X	X		
OE2	Desenvolver as áreas do Desporto e da Juventude a nível nacional e internacional, designadamente através da capacitação dos respetivos agentes, da otimização de infraestruturas e do envolvimento dos jovens nos processos de decisão	X	X	X					X	
OE3	Identificar e implementar práticas inovadoras na gestão, tramitação e melhoria da prestação de serviços, eliminando redundâncias e passos inúteis na relação do Serviço com o cidadão				X	X				X

O desdobramento dos objetivos operacionais para os objetivos individuais a contratualizar com os trabalhadores em sede de SIADAP 3, vincula todo o Instituto com a sua estratégia, assegurando que cada trabalhador tem a perceção de que as suas atividades e metas individuais e de equipa, contribuem diretamente para os objetivos maiores do Organismo.



24 DIMENSÕES: EFICÁCIA. EFICIÊNCIA, QUALIDADE

O desenvolvimento dos objetivos e atividades propostos para 2025 encontram-se alicerçados nas dimensões de eficácia, eficiência e qualidade, articuladas entre si, visando avaliar a execução das políticas públicas para o desporto, a juventude e para a administração pública e o seu impacto nos públicos-alvo e demais partes interessadas, assim como a concretização dos objetivos propostos e recursos utilizados para o efeito.

OP1: Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas de juventude e a participação de jovens.

OP2: Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas públicas na área do Desporto.

OP3: Assegurar a prestação de Cuidados de Saúde aos atletas de Alto Rendimento e a integração dos cuidados dentro das unidades do IPDJ

EFICÁCIA

Resultados esperados:

Alcance efetivo dos objetivos e metas propostos, traduzindo-se no impacto na *performance* de atletas de alto rendimento desportivo e académico; no desenvolvimento da formação certificada orientada para os agentes desportivos; no incremento da prática desportiva em todos os segmentos da população e da população feminina, em particular e na concretização das atividades previstas no âmbito dos programas sociais orçamentados, com impacto, entre outros, na vida da população jovem

Resultados esperados:

Otimização de recursos disponíveis, nomeadamente por força da desmaterialização de processos, da utilização da IA na disponibilização pública de informação do interesse dos públicos-alvo e cidadãos, em geral, da celeridade processual e acompanhamento de proximidade de projetos de cariz social e redução de problemas sociais dos jovens, de modo a alcançar os objetivos e metas propostos, eliminando procedimentos ineficazes e desperdício financeiro.

EFICIÊNCIA

OP4: Promover a eficiência dos serviços e processos relacionados com a missão do IPDJ, através da digitalização.

OP5: Promover a articulação da informação e comunicação com os setores-alvo e demais partes interessadas

OP6: Promover a eficiência dos serviços prestados ao público.

OP7: Garantir a satisfação global das partes interessadas

OP8: Desenvolver medidas na gestão de RH que promovam a excelência dos serviços prestados

OP3: Assegurar a prestação de Cuidados de Saúde aos atletas de Alto Rendimento e a integração dos cuidados dentro das unidades do IPDJ

QUALIDADE

Resultados esperados:

Garantir que os objetivos propostos são alcançados no estrito cumprimento da disponibilidade orçamental e em conformidade com as metas estabelecidas, mediante o reforço das ações formativas, em especial em IA e o incremento dos serviços de saúde orientados para o alto rendimento, de modo a assegurar a satisfação dos públicos-alvo e partes interessadas externas e internas,

As atividades previstas para 2025 serão desenvolvidas prosseguindo 3 objetivos estratégicos e 9 operacionais, cujo alinhamento com as políticas do Governo têm como base o seguinte documento:

Nível 1 - Política Pública		Nível 2 - Estratégico		Nível 3 - Operacional	
Enquadramento GOP		Enquadramento Estratégico		Enquadramento operacional	
MEDIDA		EVIDENCIAS DA RD ou RI dos OE com Políticas Públicas		RD ou RI com Estratégia	
Descrição				QUAR / Plano de Atividades	
PROPOSTA DE LEI N.º 8/XVI/1.ª APROVA AS GRANDES OPÇÕES PARA 2024-2028 3.1. Um país com futuro para os jovens e para as crianças 3.1.2. Apoiar os jovens 3.1.3. Desporto e atividade física	"oportunidades que permitam perspetivar um futuro para as crianças e jovens, valorizando o trabalho, promovendo a igualdade e protegendo as pessoas" "a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através de benefícios sociais, educacionais, económicos e de saúde pelo aumento das atividades físicas e desportiva da população."	OE1: Fomentar o desporto para todos, a atividade física e a participação cívica dos jovens, dando relevo às dimensões da igualdade de oportunidades e da inclusão social.	O OE1 relaciona-se diretamente com as políticas públicas, na medida em que propõe alcançar metas de desenvolvimento desportivo e social, promovendo a saúde e qualidade de vida em todos os segmentos da população e, particularmente, dos cidadãos jovens e das mulheres	OP1: Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas de juventude e a participação de jovens.	RD
	"promoção de uma abordagem específica com as ordens profissionais e as associações representativas; à aposta na promoção da saúde mental, identificada como uma das maiores preocupações dos jovens portugueses"			OP2: Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas públicas na área do Desporto.	RD
	"Reduzir a prevalência de inatividade física da população portuguesa com 15 anos ou mais, estimada em 48,1% em 2019, em pelo menos 10%, até 2030" "promoção e ao aumento dos índices de prática desportiva, em termos de frequência e de qualidade para toda a população, tendo em conta os seus benefícios sociais; a diminuição da diferença na prática de atividade física e desportiva entre homens e mulheres; a diminuição do nível de obesidade infantil e excesso de peso; e a aproximação do investimento direto no desporto e dos indicadores de prática desportiva, da média dos países da União Europeia."			OP3: Assegurar a prestação de Cuidados de Saúde aos atletas de Alto Rendimento e a integração dos cuidados dentro das unidades do IPDJ	RD
PROPOSTA DE LEI N.º 8/XVI/1.ª APROVA AS GRANDES OPÇÕES PARA 2024-2028 4.1.5. Inovação, empreendedorismo e digitalização 5.2. Um país com serviços públicos de excelência 5.2.4. Modernização, simplificação e desburocratização do Estado	"a massificação das aplicações de IA e o advento da computação quântica convocam-nos para uma ação de emergência para afirmar Portugal na primeira linha da inovação, da transformação digital"	OE2: Desenvolver as áreas do Desporto e da Juventude a nível nacional e internacional, designadamente através da capacitação dos respetivos agentes, da otimização de infraestruturas e do envolvimento dos jovens nos processos de decisão.	O OE2 apresenta uma relação direta com as políticas públicas, porquanto visa não só a capacitação dos agentes desportivos, como a requalificação das infraestruturas desportivas e investindo em recursos internos no sentido de tornar os serviços prestados, mais ágeis e celeres, garantindo aos públicos-alvo, partes interessadas e demais cidadãos a prossecução dos	OP4: Promover a eficiência dos serviços e processos relacionados com a missão do IPDJ através da digitalização.	RD
	O domínio "Um país com serviços públicos de excelência" visa transformar o Estado e a administração pública, em particular, numa organização qualificada, meritocrática, transparente e competitiva, que responda às necessidades dos cidadãos através da prestação de serviços de excelência, de forma eficiente, acessível e equitativa. valoriza o papel dos parceiros sociais, promovendo o diálogo social, e foca-se na modernização, simplificação e desburocratização do Estado, visando tornar os processos administrativos mais ágeis e acessíveis			OP5: Promover a articulação da informação e comunicação com os setores-alvo e demais partes interessadas	RD
	Um Estado moderno caracteriza-se, em grande medida, pela utilização de tecnologias e metodologias de trabalho avançadas e pela desburocratização administrativa. A modernização, simplificação e desburocratização do Estado são elementos-chave para tornar a administração pública mais eficiente e acessível, facilitando a interação entre o Estado e os cidadãos, promovendo a transparência e aumentando a confiança dos cidadãos nas instituições			OP6: Promover a eficiência dos serviços prestados ao público.	RD
PROPOSTA DE LEI N.º 8/XVI/1.ª APROVA AS GRANDES OPÇÕES PARA 2024-2028 5. Um país com um Estado mais eficiente 5.1.4 Administração pública 5.2. Um país com serviços públicos de excelência 5.2.3. Capacitação da administração pública	A administração pública é o pilar central da implementação das políticas públicas e da provisão de serviços aos cidadãos. Melhorar a sua organização e funcionamento é essencial para garantir que ela responde adequadamente às necessidades dos cidadãos e aos desafios futuros e que os serviços públicos são prestados com qualidade e eficácia. Reconhece-se a necessidade de, simultaneamente, reestruturar a organização e o funcionamento da administração pública e implementar políticas de recursos humanos que capacitem os serviços públicos para enfrentar futuros desafios num ambiente imprevisível, complexo e incerto	OE3: Identificar e implementar práticas inovadoras na gestão, tramitação e melhoria da prestação de serviços, eliminando redundâncias e passos inúteis na relação do Serviço com o cidadão	O OE3 tem relação direta com as políticas públicas, desde logo pela ambição demonstrada de prestar um serviço público distinto e de excelência, em todas as áreas de intervenção, convocando para o efeito o esforço e entusiasmo dos trabalhadores para redobrada atenção e valorização dos cidadãos que servimos, adquirindo competências individuais e de equipa focadas na prestação do serviço público	OP7: Garantir a satisfação global das partes interessadas	RD
	"valoriza o papel dos parceiros sociais, promovendo o diálogo social, e foca-se na modernização, simplificação e desburocratização do Estado, visando tornar os processos administrativos mais ágeis e acessíveis, eliminando barreiras burocráticas e promovendo uma administração pública mais inovadora e centrada no cidadão."			OP8: Desenvolver medidas na gestão de RH que promovam a excelência dos serviços prestados	RI
	"Uma administração pública eficaz e eficiente pressupõe a disponibilidade de recursos humanos competentes, capacitados e motivados. Investir na capacitação dos trabalhadores em funções públicas é fundamental para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e aumentar a eficiência administrativa. Capacitar a administração pública envolve várias medidas, das quais, merecem destaque as seguintes: Definir uma política de recursos humanos de médio prazo para cada entidade e implementação de planos individuais de desenvolvimento de carreira para os trabalhadores em funções públicas"			OP9: Promover a aplicação das políticas setoriais e de RH na AP, através da produção e divulgação de informação relevante	RD

Legenda:

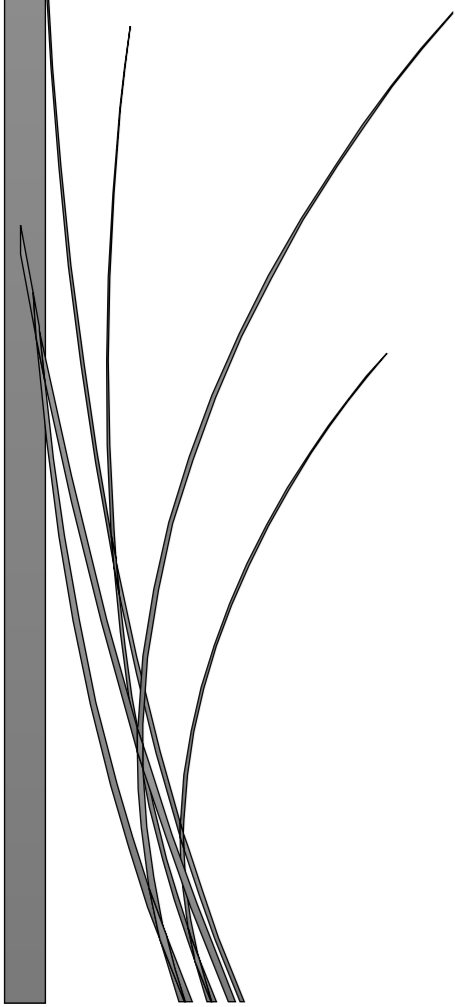
RD – Evidencia de relação direta

RI – Evidencia de relação indireta



06 | ATIVIDADE PLANEADA

→ Objetivos Extraquadro, por Área de Intervenção



ÁREA DE INTERVENÇÃO: JUVENTUDE

OBJETIVOS	INDICADORES	Medidas ODS
12	22	49

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	5	6
Coordenação Equipa Multidisciplinar	1	1
Técnica Superior	23	30
Técnica Superior de Saúde	1	1
Assistente Técnica	2	2
Assistente Operacional	0	0
TOTAL	32	40

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
R-Departamento de Programas de Juventude R-Divisão de Programas R-Divisão de Programas Sociais-LSRA R-Divisão de Programas Sociais-NC R-Departamento de Políticas de Juventude e Associativismo Divisão de Inovação de Políticas de Juventude R-Centro de Juventude de Lisboa

Principais desafios
Destaca-se de entre os principais desafios, o nível de dependência das transferências financeiras para suportar os custos dos projetos no âmbito dos Programas de juventude, designadamente do Programa Cuida-te e do Programa Escolhas.

Os jovens desempenham um papel central no desenvolvimento social, económico e cultural de País, sendo essencial a sua participação ativa na construção de uma sociedade mais inclusiva, inovadora e adaptada aos desafios contemporâneos. Em várias áreas, como a tecnologia, a sustentabilidade, a cidadania ativa e a cultura, os jovens trazem novas perspetivas e energias que impulsionam a sociedade para o futuro. A consciência da centralidade da ação dos jovens, reflete-se na criação de políticas públicas, de programas, projetos e iniciativas que capacitam, integra, e incentivam os jovens, valorizando a sua intervenção, visão de futuro e protagonismo nas mudanças sociais.

Entre as principais áreas de promoção e intervenção desenvolvidos pelo IPDJ, orientados para a população jovem estão o **Associativismo Juvenil**, mediante apoio financeiro e formativo a associações de jovens que em áreas como a cultura, a ciência, a ação social, o voluntariado e o desporto, promovem a inclusão e o desenvolvimento de iniciativas nas suas comunidades. A **Participação Cívica e Cidadania Ativa**, iniciativas que incentivam a participação dos jovens em temas de interesse público, como o **Parlamento dos Jovens** e o **Euroscola**, capacitando os mesmos para o desenvolvimento de um espírito de cidadania ativa, estimulando o gosto pela participação cívica e política.

Reconhecendo o papel dos jovens na defesa ambiental, o IPDJ promove projetos que incentivam a proteção do ambiente, como o **Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas**, permitindo aos jovens participar em atividades que beneficiam diretamente a sustentabilidade ambiental.

Refletindo, igualmente, o compromisso de promover a juventude como uma força motriz de mudança e inovação na sociedade portuguesa e em alinhamento com o programa do XXIV Governo, a **promoção da saúde física e mental** é uma prioridade na intervenção juvenil, pelo que se prevê o **reforço de cerca de 100 profissionais de saúde** (psicólogos, nutricionistas e enfermeiros) afetos ao novo **Programa Cuida-te**, que visa a promoção da saúde juvenil nas vertentes da saúde mental e bem-estar emocional, da sexualidade, do corpo e atividade física, dos comportamentos aditivos e da alimentação, adotando uma perspetiva preventiva e compreensiva face à saúde juvenil, isto é, visando vários domínios da vida das pessoas jovens, envolvendo múltiplos parceiros, nomeadamente famílias, pares, escolas e comunidades. A população visada são jovens dos 12 aos 30 anos, nas cinco regiões do País, com um investimento estimado de 3 milhões (euros).

O interesse, entusiasmo e preocupação com os mais jovens, reflete-se também nas atividades desenvolvidas no **Centro de Juventude de Lisboa**, ponto focal para a inovação em políticas de juventude, desenvolvendo padrões de qualidade para o trabalho com jovens. Tendo por missão a promoção dos valores do Conselho da Europa - Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito -, o CJL tem como áreas estratégicas a Educação para os Direitos Humanos, a Participação Democrática das pessoas Jovens e os Direitos da Juventude, para as quais a cooperação e parceria de entidades regionais, nacionais e internacionais têm contribuído para a sua concretização através de iniciativas e projetos conjuntos.

Reconhecendo-se o impacto ao nível da integração social de crianças e jovens, o **Programa Escolhas** aposta na inovação e na **criação de estratégias e ferramentas** que permitem uma intervenção que vá ao encontro das necessidades de públicos, equipas e organizações, com **foco na sustentabilidade dos Projetos**, de modo a atingir níveis elevados de eficácia e eficiência na utilização dos recursos existentes

O Programa Escolhas prossegue, assim, como missão **promover a integração social**, a **igualdade de oportunidades** na educação e no emprego, o **combate à discriminação social**, a **participação cívica** e o **reforço da coesão social**.

Contribuindo significativamente para **inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis**, no ano 2025, o orçamento afeto ao Programa Escolhas no montante de 7,9M€, engloba as despesas com pessoal, aquisição de serviços e transferências correntes.

E9G – Nona Geração

Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2023, de 14 de julho

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Políticas de Juventude e Associativismo	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	--	-------------------------------	------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICÁCIA 35%

A-OP1:	Promover a participação dos jovens e melhorar os instrumentos colocados ao seu dispor									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 1	Data para início de implementação de um projeto de reformulação dos espaços dedicados à informação e aconselhamento às pessoas jovens	Negativo	273	50	151		70%	0%	Não atingiu	
Ind. 2	Taxa de aumento do número de associações de estudantes inscritas no RNAJ	Positivo	300%	100%	600%		30%	0%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

EFICIÊNCIA 35%

A-OP2:	Otimizar a utilização dos recursos									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 3	Taxa de execução do orçamento aprovado para os programas do associativismo jovem	Positivo	85%	10%	100%		75%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 4	Taxa de disponibilização dos serviços e formulários em formato digital	Positivo	80%	5%	100%		25%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

QUALIDADE 30%

A-OP3:	Promover a melhoria da qualidade dos processos									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 5	Taxa de desmaterialização dos protocolos no âmbito das iniciativas da responsabilidade de DPJA	Positivo	65%	10%	100%		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 6	Taxa de satisfação do uso das plataformas na área do associativismo	Negativo	60%	15%	90%		50%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Programas de Juventude	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	--	------------------------	-----------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP4:	Promover a ação integrada do IPDJ na prossecução das políticas de juventude e a participação de jovens.									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 7	Nº de jovens abrangidos pelo Programa Cuida-te nas Unidades Móveis e nos Gabinetes de Saúde Juvenil	Positivo	10000	1000	12000		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 8	Número de projetos financiados pelas Divisões de Programas Sociais do DPJ que desenvolvem atividades desportivas no seu plano de atividades	Positivo	118	10	137		50%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

EFICIÊNCIA

A-OP5:	Promover a eficiência dos serviços e processos relacionados com a missão do IPDJ, através da digitalização									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 9	Taxa de desmaterialização dos relatórios de avaliação a apresentar pelos projetos financiados pelas Divisões de Programas Sociais do DPJ	Positivo	70%	10%	100%		40%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 10	Taxa de apresentação de relatórios aprovados para os Programas de Juventude	Positivo	85%	15%	10000%		60%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

A-OP6:	Promover a eficiência dos serviços prestados ao público									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 11	Taxa de visitas/reuniões de acompanhamento realizadas localmente aos projetos financiados na área dos Programas Sociais.	Positivo	80%	10%	100%		100%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									#REF!	

QUALIDADE

A-OP7:	Desenvolver medidas na gestão de RH que promovam a excelência dos serviços prestados, através do desenvolvimento de talentos, competências, capacitação e relacionamentos interpessoais									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 12	Taxa de satisfação global face ao número de ações de formação realizadas destinadas à capacitação das equipas técnicas promotoras dos projetos financiados pelas Divisões de Programas Sociais que contribuam para a melhoria dos serviços prestados.	Positivo	80%	10%	100%		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 13	Taxa de satisfação global dos jovens na participação dos Programas de Juventude	Positivo	80%	10%	100%		50%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

UNIDADE ORGÂNICA	EMD-Centro de Juventude de Lisboa	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Coordenador de E.M.D	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	-----------------------------------	------------------------	----------------------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP8:	Contribuir para o estabelecimento de padrões de qualidade, no trabalho com jovens e técnicos de juventude, promovendo os três pilares do Conselho da Europa (CoE), Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito.									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 14	OE1	Realizar atividades e iniciativas no CJL, no âmbito das suas áreas estratégicas, Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito	Positivo	12	3	18		60%	0,00%	Não atingiu
Ind. 15		Aumentar o nº de ações no âmbito dos Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito.	Positivo	10%	5%	20%		40%	0,00%	Não atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

EFICIÊNCIA

A-OP9:	Aprofundar, dinamizar e expandir as atividades do Centro de Juventude de Lisboa, na missão de internacionalização como espaço laboratorial de políticas de juventude.									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 16	OE2	Garantir a realização de iniciativas, em parceria com entidades nacionais e internacionais, no Centro de Juventude de Lisboa.	Positivo	6	2	10		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 17		Aumentar o número de parcerias e entidades em consonância com os objetivos, missão e visão do centro.	Positivo	10%	2%	15%		50%	0,00%	Não atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

QUALIDADE

A-OP10:	Garantir e promover a satisfação global dos utentes/participantes nas iniciativas do CJL.									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 18	OE2	Aumentar o número dos participantes que frequentem as iniciativas do CJL a quem é aplicado o questionário de satisfação	Positivo	90%	2%	100%		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 19		Aumentar o nível de satisfação dos utentes, com avaliação igual a Bom.	Positivo	70%	20%	100%		50%	0,00%	Não atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

ÁREA DE INTERVENÇÃO: DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
16	34	19

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	7	7
Coordenação Equipa Multidisciplinar	2	2
Técnica Superior	49	55
Docente	6	6
Assistente Técnica	16	18
Assistente Operacional	5	5
TOTAL	85	93

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
<p>R-Departamento de Desporto R-Divisão de Desporto Federado R-Divisão de Desporto para Todos CR-Unidade de apoio à Carreira Dupla R-Departamento de Formação e Qualificação R-Centro Desportivo Nacional do Jamor R-Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas R-Centro de Alto Rendimento do Jamor R-Plano Nacional de Ética no Desporto</p>

Principais desafios
<p>Eventual diminuição de competições internacionais, decorrente de conflitos internacionais. Agravamento das alterações climáticas extremas, com impacto na atividade física e desportiva das populações</p>

As atividades, programas e projetos da área de intervenção do Desporto e Atividade Física inserem-se nas atribuições e competências do Departamento de **Formação e Qualificação** dos agentes desportivos, prevendo-se o aumento da eficácia do sistema de Certificação de Recursos Humanos do Desporto no cumprimento do quadro legal vigente.

O **Centro de Alto Rendimento do Jamor**, incorpora um conjunto de serviços e valências de natureza diversa, orientados para a melhoria do rendimento desportivo dos praticantes, integrando as seguintes unidades, serviços e instalações:

I. **Unidade de Medicina Desportiva e Controlo do Treino**, com serviços de apoio multidisciplinar, designadamente, avaliação e controlo do treino em laboratório ou no terreno, aconselhamento e apoio ao treino, apoio médico, fisioterapia e massagem desportiva, nutrição, psicologia e o programa de treino em altitude simulada;

II. **Unidades de Alojamento** - Residência de Atletas e Centro de Estágio - alojamento em regime de internato, cerca de 70 jovens atletas, assegurando aos mesmos serviços de nutrição e saúde mental, bem como apoio socioeducativo;

III. **Instalações Desportivas;**

IV. **Centros de Treino de Modalidades Desportivas**

O espaço geográfico onde se situa o CAR Jamor, é o complexo de infraestruturas desportivas públicas de relevância nacional, **Centro Desportivo Nacional do Jamor**, o qual disponibiliza para além das instalações desportivas, um parque urbano e uma extensa zona de mata com 92 hectares.

São atribuições do Centro Desportivo Nacional do Jamor, entre outras, a gestão das diversas instalações desportivas que servem os praticantes em regime de alto rendimento e as seleções nacionais, de diversas modalidades desportivas, bem como a população em geral, no âmbito da generalização da prática desportiva e da atividade física; a qualificação e ordenamento paisagísticos e o desenvolvimento da prática desportiva inclusiva.

No âmbito do **desporto federado** compete ao IPDJ apoiar a preparação e a participação dos praticantes desportivos, designadamente dos praticantes desportivos em regime de alto rendimento e das seleções nacionais, nas principais competições internacionais; a atualização do registo nacional de federações desportivas, clubes e demais entidades com intervenção na área do desporto, bem como do registo nacional de pessoas singulares ou coletivas, distinguidas por feitos e méritos desportivos; a promoção e apoio da organização de eventos desportivos, em obediência a critérios de relevância desportiva e social e de sustentabilidade económica, subordinando, em particular, os apoios financeiros à aprovação prévia e expressa do IPDJ, I. P; a instrução dos processos relativos ao apoio técnico, material e financeiro a conceder no âmbito do desporto federado, às atividades regulares das federações desportivas com Utilidade Pública Desportiva, entidades confederativas (incluindo os Comitês Olímpico e Paralímpico) e Fundação do Desporto, passando pela organização e gestão da entidade e, nos casos aplicáveis, pela atividade desportiva de caráter nacional e pela organização das seleções nacionais e alto rendimento.

De igual modo, é competência do IPDJ promover a **atividade física junto de todos os segmentos da população**, incorporando objetivos e metas que assentam em 3 grandes pilares de estrutura multidimensional: o **desenvolvimento desportivo em interligação com os restantes setores**, a **educação e a formação para e pelo desporto** e a **promoção da saúde**.

São objetivos a prosseguir, **aumentar a participação desportiva junto de todos os segmentos da população**; Criar **oportunidades de igual acesso** à prática desportiva; Promover a **inclusão e a integração social**; Promover a **dignidade dos cidadãos com deficiência**; Contribuir para melhorar a **capacidade funcional e desportiva**; **Combater o sedentarismo e as doenças crónicas** não-comunicáveis mais prevalentes tais como a obesidade, as doenças cardíaco e cerebrovasculares, a diabetes, o cancro e as doenças do foro reumatológico e respiratório, entre outras; **Melhorar a cultura desportiva nacional**; Aumentar a **informação pública** sobre os benefícios do desporto; Promover a diversidade desportiva, respeitando princípios de desenvolvimento sustentável; Apoiar a identificação do impacto destas políticas no sector desportivo e na saúde pública, entre outros.

Para o ano 2025, pretende-se desenvolver ações no âmbito do **programa de formação/mentoria «Novas Lideranças | para um Desporto + Igual»**, dirigido a jovens dirigentes desportivos que pretendam desenvolver as suas competências de liderança, **integrando a igualdade entre mulheres e homens** como uma prioridade na agenda de boa governação das suas organizações desportivas; aferir a satisfação relativa aos serviços prestados no âmbito do atendimento, ao público, do **programa de Formação de Treinadores**; aumentar o número de pessoa abrangidas, durante o ano, pelas diferentes **medidas do Programa de Capacitação de Clubes Desportivos - Clube Top**; **melhorar o rendimento desportivo dos praticantes** através do apoio prestado no CAR Jamor às suas necessidades de preparação; melhorar o **nível de conhecimento e de competência dos agentes desportivos**, através da realização de **estágios, conferências, debates** e outras iniciativas de natureza formativa, bem como aferir o **nível de satisfação dos parceiros e agentes desportivos**.

Por fim, orientado pelo OE1, para 2025 o Plano Nacional de Ética no Desporto deverá centrar a sua atividade na concretização dos seus cinco eixos de ação, através de projetos específicos como sejam a **Bandeira da Ética**; **Cartão Branco**; Exposição **Move-te por valores** ou ainda o projeto da **Formação à competição**, orientado para docentes e clubes, entre outros projetos relevantes na promoção da Ética Desportiva.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Desporto	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	---------------------------------	-------------------------------	------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICIÊNCIA

A-OP11:	Promover a melhoria da qualidade de processos									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 20	Taxa de desmaterialização dos contratos programa de desenvolvimento desportivo celebrados no âmbito das unidades orgânicas DDT e DDF	Positivo	60%	15%	80%		40%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 21	Taxa de execução dos orçamentos aprovados no âmbito das unidades orgânicas DDT e DDF	Positivo	85%	15%	100%		60%	0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

EFICÁCIA

A-OP12:	Promover a prática da atividade física e desportiva pela população em geral, bem como o apoio ao desporto de rendimento									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 22	Nº de dias úteis para a análise por parte da DDF da inscrição atempada no RADAR dos praticantes de alto rendimento	Negativo	10	2	5		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 23	Nº de participações no Programa Nacional Desporto para Todos	Positivo	25000	5000	350000		50%	0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

QUALIDADE

A-OP13:	Garantir o financiamento no âmbito do desporto, através dos diferentes programas de desenvolvimento desportivo									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 24	Percentagem de projetos de desenvolvimento desportivo avaliados pela DDT no âmbito do PNDpT e do Desporto para Todos nos primeiros 60 dias, após a data de limite final de submissão de candidatura	Positivo	80	10	100		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 25	Percentagem de candidaturas completas analisadas nos primeiros 75 dias ao nível do Programa de Atividades Regulares, na área da DDF.	Positivo	80	10	100		50%	0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Formação e Qualificação	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	---	------------------------	-----------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP14:		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 26		N.º de dias necessários para análise das candidaturas e apresentação das propostas de financiamento das Federações após a validação da candidatura (valor médio).	OE2	Negativo	40	10	21		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 27		N.º de dias necessários para análise das candidaturas e apresentação das propostas de financiamento do PAAF após a validação da candidatura (valor médio)		Negativo	25	5	16		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP14:		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 28		N.º de ações de formação certificadas no âmbito das profissões reconhecidas do desporto	OE2	Positivo	2600	200	3001		60%	0,00%	Não atingiu
Ind. 29		N.º de pessoa abrangidas, durante o ano, pelas diferentes medidas do Programa de Capacitação de Clubes Desportivos - Clube Top		Positivo	1200	300	1601		40%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

QUALIDADE

A-OP15:		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 30		Nível de satisfação global dos serviços de atendimento e apoio prestados no âmbito do Programa Nacional de Formação de Treinadores.	OE2	Positivo	65%	5%	76%		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 31		N.º de ações desenvolvidas no âmbito do programa de formação/mentoria «Novas Lideranças para um Desporto + Igual» (dirigido a jovens dirigentes desportivos que pretendam desenvolver as suas competências de liderança, integrando a igualdade entre mulheres e homens como uma prioridade na agenda de boa governação das suas organizações desportivas)		Positivo	3	1	6		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

UNIDADE ORGÂNICA	Centro Desportivo Nacional do Jamor	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	-------------------------------------	------------------------	-----------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP16: Promoção e apoio à prática de atividade física e desportiva		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 32	Taxa de inscrição na Escola de Natação		OE1	Positivo	80%	5%	90%		75%	0,00%	Não atingiu
Ind. 33	Número de atividades e eventos de apoio à prática desportiva no CDNJ			Positivo	120	20	140		25%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP17: Otimização de infraestruturas e espaços afetos ao CDNJ		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 34	Número de melhorias físicas concretizadas nas instalações e espaços do CDNJ		OE2	Positivo	35	5	45		25%	0,00%	Não atingiu
Ind. 35	Taxa de execução do orçamento aprovado para requalificação de infraestruturas			Positivo	90%	10%	100%		75%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

QUALIDADE

A-OP18: Promoção da satisfação global dos serviços prestados		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 36	Nível de satisfação global dos serviços prestados pelo CDNJ, na ótica do utente		OE3	Positivo	55%	5%	75%		25%	0,00%	Não atingiu
Ind. 37	Número de propostas de melhoria dos processos internos e de otimização de infraestruturas			Positivo	50	8%	60		75%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

UNIDADE ORGÂNICA	Centro de Alto Rendimento do Jamor	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Chefe de Divisão	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	------------------------------------	------------------------	------------------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP19: Prestação de serviços especializados de apoio aos praticantes		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 38	Número de serviços especializados prestados		OE1	Positivo	13000	1000	16000		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 39	Tempo médio de disponibilização da informação do serviço prestado, com registo associado			Negativo	5	1	1		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP20: Capacitação de agentes desportivos		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 40	Número de agentes externos capacitados com formação académica e técnico-científica		OE2	Positivo	13	2	18		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 41	Número de atividades formativas dirigidas a atletas e equipas técnicas			Positivo	8	2	14		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

QUALIDADE

A-OP21: Melhoria da qualidade dos serviços prestados		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 42	Número dos processos e procedimentos de qualidade concretizadas nas instalações e espaços do CAR Jamor		OE3	Positivo	25	5	35		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 43	Nível de satisfação dos parceiros e agentes desportivos			Positivo	60%	5%	75%		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

UNIDADE ORGÂNICA	EMD-Plano Nacional de Ética no Desporto	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Coordenador de E.M.D	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	---	------------------------	----------------------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP22:	Promover a adesão à comunidade da Bandeira da Ética e respetivo processo de certificação									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 44	Nº de candidaturas submetidas na plataforma da Bandeira da Ética	Positivo	500	100	650		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 45	Nº de certificações emitidas	Positivo	200	50	300		50%	0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

EFICIÊNCIA

A-OP23:	Promover a adesão ao Cartão Branco									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 46	Número de entidades aderentes ao cartão branco	Positivo	87	1	90		60%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 47	Plataforma de reporte operacional	Positivo	90	15	120		40%	0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

QUALIDADE

A-OP24:	Fomentar ações de promoção da Ética no Desporto com elevado grau de satisfação									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 48	Grau médio de satisfação das entidades e outros utilizadores das ações de sensibilização do PNED (numa escala de 1 a 5)	Positivo	4	0,5	4,8		50%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 49	Número de ações de sensibilização realizadas	Positivo	75	20	100		50%	0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

ÁREA DE INTERVENÇÃO: MEDICINA DESPORTIVA E REABILITAÇÃO

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
4	8	0

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	2	2
Medicina	4	6
Enfermagem	1	1
Técnica Superior de Diagnóstico e Terapêutica	6	7
Técnica Superior	3	3
Assistente Técnica	5	7
TOTAL	21	26

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
R-Departamento de Medicina Desportiva R-Delegação do DMD no Porto CR-Centro de Ato Rendimento do Jamor

Principais desafios
Ausência de sistema informático clínico para apoio aos serviços; Necessidade de contratação externa de serviços básicos (análises clínicas) para apoio à monitorização do treino e avaliação pré-competitiva de atletas de alto rendimento; Equipamentos e infraestruturas datadas e com necessidade de atualização associados ao aumento do número de atletas de alto rendimento a serem avaliados no Departamento, constituem desafios em 2025, que se espera poder superar.

O apoio médico-desportivo aos praticantes desportivos é efetuado pelo **Departamento de Medicina Desportiva**, ao qual compete a prestação de cuidados de saúde aos praticantes em regime de alto rendimento e seleções nacionais, bem como acompanhar a sua avaliação funcional e controlo do treino, em articulação com a equipa de saúde em atividade no **Centro de Alto Rendimento do Jamor**; a colaboração com o Ministério da Saúde e a Ordem dos Médicos no processo de **formação e credenciação de especialistas em medicina desportiva**, sendo que o Departamento de Medicina Desportiva de Lisboa e respetiva delegação do Porto, a par do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca e do Sporting Clube de Portugal, são as únicas **entidades com idoneidade formativa reconhecida pela Ordem dos Médicos e Colégio da Especialidade de Medicina Desportiva**, no âmbito do Internato médico e acesso à especialidade, competindo igualmente a esta área de intervenção a definição e o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação médico-desportiva para os candidatos à prática desportiva, bem como assegurar a realização de exames de classificação e promover a realização de cursos e estágios de aperfeiçoamento nas diferentes áreas da medicina desportiva e do desporto, para os profissionais de saúde e do desporto.

As atribuições supramencionadas adquirem especial relevância em contexto de **alto rendimento desportivo**, nomeadamente nos cuidados de saúde integrados no âmbito clínico, traumatológico e de reabilitação decorrentes da prática desportiva aos atletas de alto rendimento, **aí incluídos os atletas residentes do Centro de Alto Rendimento do Jamor**.

De igual modo, são competências desenvolvidas pelo Departamento, a conceção, o desenvolvimento e implementação de avaliação e controlo do processo de treino que permita ao atleta potenciar o seu rendimento desportivo.

ÁREA DE INTERVENÇÃO: MEDICINA DESPORTIVA E REABILITAÇÃO

No ano de 2025, pretende-se **ampliar a prestação de cuidados de saúde aos atletas federados**, designadamente em matéria de volume de exames médico desportivos; consultas de nutrição e psicologia e tratamentos de fisioterapia; **incrementar o conhecimento em matéria de medicina desportiva** e outras disciplinas de saúde, de modo a **acrescentar valor neste âmbito nos serviços de saúde pública ou privada**; melhorar a capacidade de resposta do Serviço aos atletas federados, com **impacto na respetiva reabilitação e alto rendimento desportivo nacional** e **promover o conhecimento científico em Portugal, no âmbito da medicina desportiva**, na qualidade de entidade com idoneidade formativa reconhecida pela Ordem dos Médicos e Colégio da especialidade em medicina desportiva.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Medicina Desportiva	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	--	-------------------------------	------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICÁCIA

A-OP25:	Assegurar a formação de profissionais de saúde estagiários, médicos e outros técnicos de saúde, solicitados por entidades externas.									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 50	OE2	Positivo	6	2	10		60%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 51		Positivo	6	2	10		40%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

EFICIENCIA

A-OP26:	Assegurar a prestação de Cuidados de Saúde aos atletas federados que procuram os Serviço									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 52	OE2	Positivo	500	50	700		65%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 53		Positivo	350	30	500		35%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

QUALIDADE

A-OP27:	Assegurar e reforçar a atividade científica e formação Interna nos Centros de Medicina Desportiva									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 54	OE3	Positivo	10	4	18		65%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 55		Positivo	4	1	6		35%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

ÁREA DE INTERVENÇÃO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMUNICAÇÃO E MUSEOLOGIA

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
3	6	6

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	3	3
Coordenação Equipa Multidisciplinar	0	0
Técnica Superior	18	20
Docente	0	0
Assistente Técnica	5	5
Assistente Operacional	0	0
TOTAL	26	28

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
<p>R-Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais</p> <p>R-Divisão de Informação e Comunicação</p> <p>R-Divisão de Documentação e Museologia</p>
Principais desafios
<p>Destacam-se como principais desafios a incerteza quanto à definição e instalação do Museu Nacional do Desporto e consequente preservação da memória desportiva nacional, em espaço público acessível a todos os cidadãos;</p> <p>O Planeamento nas diversas unidades orgânicas, com impacto direto na área da comunicação institucional</p>

O IPDJ desempenha um papel relevante em áreas transversais como as relações internacionais, a comunicação e a museologia, que complementam a sua missão de promoção do desporto, da juventude e da preservação da memória cultural e desportiva. Estas vertentes reforçam o impacto das suas iniciativas, tanto em contexto nacional quanto internacional e promovem a valorização do património histórico-desportivo.

Assim, no âmbito das relações internacionais o IPDJ articula os seus interesses em contextos multilaterais, promovendo a cooperação com organizações internacionais e fortalecendo parcerias estratégicas, nomeadamente com o **Conselho da Europa**, promovendo igualmente **acordos bilaterais e projetos conjuntos com países da União Europeia, a CPLP** (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), entre outros.

De natureza estratégica, a área da **comunicação** do IPDJ, para além de divulgar as atividades do Instituto, promove o envolvimento dos público-alvo e partes interessadas, consolidando a **imagem institucional**. Atua em campanhas de sensibilização e promoção de áreas como o voluntariado jovem, o desporto para todos e a ética desportiva, utilizando, ainda, plataformas como o Instagram, LinkedIn ou Facebook, de modo a alcançar as várias gerações dos públicos-alvo do IPDJ.

A área de **museologia** no IPDJ é fundamental para a **preservação e valorização do património desportivo** português, garantindo que as gerações futuras tenham acesso a este **legado cultural e histórico**, nomeadamente através do registo e preservação de objetos, documentos e relatos históricos ligados ao desporto nacional; de **programas educativos** orientados para escolas e associações, explorando a história do desporto como um elemento formador de identidade e coesão social; a realização de **exposições itinerantes ou temáticas** e a gestão do **centro interpretativo do Jamor**.

No ano 2025, reforçam-se as ações que contribuam para a consolidação das relações de cooperação nacional e internacional nos domínios da juventude e do desporto; pretende-se aferir a satisfação global de serviços prestados na área de documentação e museologia e promover e dinamizar a **comunicação digital** e ações de âmbito museológico através das plataformas digitais

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Comunicação, Informação e Relações Internacionais	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	---	------------------------	-----------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP28: Promover iniciativas que reforcem a divulgação e/ou promoção de atividades nas áreas do desporto e juventude		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 56	Nº de iniciativas realizadas	OE1	Positivo	20	5	40		75%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 57	Relatórios produzidos sobre as iniciativas realizadas		Positivo	3	1	5		25%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO										0,00%	

EFICIÊNCIA

A-OP29: Valorizar a ação do IPDJ por forma a consolidar as relações de cooperação nacional e internaciona		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 58	Nº de ações que contribuam para a consolidação das relações de cooperação nacional e internacional nos domínios da juventude e do desporto	OE2	Positivo	8	1	10		75%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 59	Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado		Positivo	75%	10%	90%		25%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO										0,00%	

QUALIDADE

A-OP30: Potenciar a dinamização das ações e a avaliação dos serviços prestados na Divisão de Documentação e Museologia		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 60	Nível de satisfação global de serviços prestados na Divisão de Documentação e Museologia (avaliações positivas)	OE3	Positivo	75%	20%	100%		25%	0,00%	Não atingiu	
Ind. 61	Promover e dinamizar ações de âmbito museológico através das plataformas digitais		Positivo	6	2	12		75%	0,00%	Não atingiu	
TAXA DE REALIZAÇÃO										0,00%	

ÁREA DE INTERVENÇÃO: DIREÇÕES REGIONAIS

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
3	6	1

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	4	5
Coordenação Equipa Multidisciplinar	0	0
Técnica Superior	79	84
Docente	2	2
Assistente Técnica	56	61
Assistente Operacional	3	6
TOTAL	144	158

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
R-Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo R-Direção Regional do Alentejo R-Direção Regional do Algarve R-Direção Regional do Centro R-Direção Regional do Norte CR-Departamento de Infraestruturas CR-Departamento de Programas de Juventude CR-Departamento de Desporto

Principais desafios
Identificam-se como principais desafios a resposta eficaz às mudanças nas preferências dos jovens e à crescente digitalização

Enquanto entidade pública que desempenha um papel crucial na promoção de políticas para o desenvolvimento do desporto e da Juventude em Portugal, o IPDJ conta com **Direções Regionais**, estruturas descentralizadas, distribuídas por diferentes regiões do país, com o objetivo de assegurar a implementação local das políticas e iniciativas do IPDJ.

Cada direção regional atua como um elo entre o IPDJ e os cidadãos, organizações e entidades locais, permitindo uma gestão mais próxima e adaptada às especificidades de cada território.

Destacam-se, de entre as principais atividades desenvolvidas nesta área de intervenção, a promoção do desporto e da atividade física, através da implementação de programas de incentivo ao desporto e à vida ativa, em contexto laboral, comunitário e federado; a **Dinamização de Políticas de Juventude**, nomeadamente, o apoio a associações juvenis e estudantis e iniciativas locais que promovam a participação ativa dos jovens; a concessão de apoios financeiros para projetos de relevância desportiva e juvenil, sendo responsáveis pela implementação, a nível regional de programas nacionais com o **Programa nacional Desporto para Todos e o Plano Nacional de Ética no Desporto e Voluntariado para as Florestas**

Fundamentais na implementação das políticas públicas do desporto e da juventude, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e desportivo das comunidades em todas as regiões, **as Direções Regionais são um pilar do Instituto**, prevendo-se o fortalecimento das parcerias locais com **foco nos programas para e com a juventude** e na valorização do **desporto e da atividade física como ferramentas de coesão social**

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Direções Regionais	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretores Regionais	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	--------------------	------------------------	---------------------	---------------	-----------	------

EFICÁCIA

A-OP31:	Estimular a prática desportiva na comunidade, promovendo e apoiando o desenvolvimento do desporto local, através do apoio aos agentes desportivos regionais e locais.									
	Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 62	Taxa dos Contratos celebrados nos programas do desporto a nível regional, Iniciados ou executados no ano em curso.	OE1	Positivo	60%	10%	100%		60%	0,00%	Não atingiu
Ind. 63	Nº de iniciativas, apoiadas e/ou desenvolvidos pela DR, que têm por desígnio o aumento da prática desportiva feminina.		Positivo	8	2	13		40%	0,00%	Não atingiu
									TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP32:	Promover os programas e iniciativas do IPDJ nas áreas da Juventude e do Desporto, incentivando e sensibilizando os jovens e o movimento associativo à participação ativa, em estreita colaboração com as entidades proponentes.									
	Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 64	Taxa de desmaterialização da outorga de contratos -programa de desenvolvimento desportivo e protocolo no âmbito dos programas da juventude	OE2	Positivo	20%	5%	30%		60%	0,00%	Não atingiu
Ind. 65	Taxa de visitas de acompanhamento realizadas aos projetos financiados na área da juventude e desporto.		Positivo	15%	5%	25%		40%	0,00%	Não atingiu
									TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

QUALIDADE

A-OP33:	Promover a satisfação global dos utentes/participantes nas iniciativas e ações que reforcem a divulgação e/ou promoção de atividades nas áreas do desporto e juventude									
	Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 66	Nível de satisfação global dos participantes nas iniciativas e nos atendimentos prestados presencialmente/digitalmente da DR.	OE3	Positivo	80%	10%	100%		60%	0,00%	Não atingiu
Ind. 67	Nº de ações de informação / formação realizadas no âmbito dos programas e da educação não formal, que contribuem para os objetivos da Agenda 2030 e ODS.		Positivo	15	5	30		40%	0,00%	Não atingiu
									TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

ÁREA DE INTERVENÇÃO: JURIDICO, CONTENCIOSO, FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
5	8	0

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	3	3
Coordenação Equipa Multidisciplinar	0	0
Técnica Superior	8	16
Docente	0	0
Assistente Técnica	2	2
Assistente Operacional	0	0
TOTAL	13	21

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
R-Departamento Jurídico R-Divisão de Contraordenações e Contencioso R-Departamento de Fiscalização e Auditoria

Principais desafios
Acentuada taxa de turnover destas áreas de intervenção, com elevado número de técnicos qualificados recrutados que em curto espaço de tempo optam por carreiras com condições salariais mais atrativas.

A atuação nas áreas jurídica, de contencioso e contraordenações, de fiscalização e de auditoria desempenha um papel crucial no IPDJ, assegurando o cumprimento da lei, a resolução de conflitos, a integridade das operações e a prestação de contas.

As **competências de fiscalização das sociedades desportivas**, no contexto jurídico e administrativo, incluem, a realização de inquéritos, inspeções, sindicâncias e auditorias, como forma de assegurar a integridade, a transparência e a legalidade das mesmas, prevenindo práticas ilícitas, garantindo a integridade do desporto e protegendo os interesses, entre outros, dos atletas, dos patrocinadores e investidores e dos adeptos.

De impressiva relevância e objeto de análise e tratamento jurídico é a verificação da conformidade dos estatutos e regulamentos das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva, bem como a supervisão do cumprimento de leis e regulamentos associados ao desporto, juventude e outras áreas de intervenção do IPDJ.

As áreas de intervenção em referência, revestem-se de relevante importância conjunta assegurando que o IPDJ opera dentro da legalidade e em alinhamento com os seus objetivos; garantem transparência na gestão, fortalecendo a confiança no Instituto, dos públicos-alvo, partes interessadas e cidadãos, em geral e sustentam a tomada de decisão com informações e pareceres confiáveis, baseados em análises legais robustas.

Em 2025 prevê-se um **reforço da ação fiscalizadora** das sociedades desportivas, bem como igualmente, uma **ação pedagógica** em relação às mesmas. No domínio contraordenacional e elaboração de pareceres, propõe-se a organização processual e otimização de ferramentas de gestão, visando a **celeridade de processos** sem perda de qualidade, com investimento em tempo disponível para **estudo e investigação em matérias do direito**.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Fiscalização e Auditoria	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	---	-------------------------------	------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICÁCIA

A-OP37:	Promover a normalização da organização das sociedades desportivas									
	Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 74	Nº de meses para elaboração de manual de procedimentos de apoio às sociedades desportivas	OE2	Negativo	7	1	5		100%	0,00%	Não atingiu
									TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP38:	Assegurar a conformidade das sociedades desportivas, de acordo com o regime legal vigente									
	Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 75	Taxa de sociedades desportivas fiscalizadas em todas as suas fases	OE2	Positivo	50%	10%	65%		100%	0,00%	Não atingiu
									TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento Jurídico	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	------------------------------	-------------------------------	------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICÁCIA

A-OP34:	Reduzir o tempo médio de resposta a pedidos internos de pareceres solicitados pelo CD, UO`s e DR`s									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 68	OE3	Negativo	15	8	12			225,00%	Superou	
Ind. 69		Negativo	70	10	80			0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

EFICIÊNCIA

A-OP35:	Capacidade de instrução de processos pré-contenciosos e contenciosos									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 70	OE3	Positivo	30	5	40			0,00%	Não atingiu	
Ind. 71		Negativo	11	1	12			0,00%	Não atingiu	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

QUALIDADE

A-OP36:	Capacidade de resposta a pedidos de informações e esclarecimentos formulados pelos cidadãos/entidades/federações									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 72	OE3	Positivo	70	10	85			0,00%	Não atingiu	
Ind. 73		Negativo	90	30	60			175,00%	Superou	
								TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%	

ÁREA DE INTERVENÇÃO: INFRAESTRUTURAS-DESPORTIVAS E TECNOLÓGICAS

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
3	6	0

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	3	3
Técnica Superior	9	11
Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	1	2
Técnica de Sistemas e Tecnologias de Informação	4	5
Assistente Técnica	1	1
Assistente Operacional	0	0
TOTAL	18	22

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
R-Departamento de infraestruturas R-Divisão de infraestruturas Desportivas R-Divisão de infraestruturas Tecnológicas CR-Equipa de Segurança de Sistemas de Informação

Principais desafios
Acentuada taxa de recrutamento desertos nestas áreas de intervenção Acompanhamento da evolução tecnológica

A qualidade da prática desportiva e de atividade física está **diretamente ligada à qualidade das infraestruturas desportivas**, em particular no que diz respeito a **condições de segurança**, de **salubridade** e de **conforto**, independentemente do nível de prática, da idade e do estrato socioeconómico dos praticantes, e à sua **distribuição territorial** equilibrada, em função da população existente e expetável a médio e longo prazos.

Por outro lado, **é conhecido o impacto das infraestruturas desportivas** no desenvolvimento social e económico, para além dos contributos que podem dar para atingir os **Objetivos de Desenvolvimento Sociais (ODS)** do país.

Importa, pois, **reforçar o papel do IPDJ** no processo de **licenciamento de infraestruturas desportivas** e de aprovação de **planos de ordenamento territorial**, bem como na elaboração de **documentação técnica de apoio à elaboração de projetos, de planos** e de **tomada de decisão**, tanto de atores públicos como privados, apostando no reforço e know-how das equipas. Tais desígnios são extensíveis às infraestruturas desportivas próprias (Centro Desportivo Nacional do Jamor e Centro de Alto Rendimento Jamor).

No que respeita as infraestruturas tecnológicas que sustentam a operação, comunicação e inovação no IPDJ, destaca-se para 2025 a aposta em maior eficiência nas operações de manutenção, suporte técnico e atualizações, visando a execução de tarefas críticas, de forma estável e segura.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Infraestruturas	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	--	-------------------------------	------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICÁCIA

A-OP39: Melhorar o suporte Técnico aos utilizadores internos do IPDJ		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 76	Tempo médio em horas (nos dias úteis) de colocação do ticket. Tempo decorrido desde a formulação do pedido à DIET, até ao início da resolução pelo técnico.	Tempo médio em horas (nos dias úteis) despendido com a resolução efetiva do pedido.	OE3	Negativo	15	5	7		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 77				Negativo	70	10	60		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP40: Otimização do sistema de monitorização, avaliação e controlo da taxa de execução financeira dos Contratos Programa PRID		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 78	Monitorização, avaliação e controlo da taxa de execução financeira dos Contratos-Programa PRID (n.º relatórios)	Nº de dias necessários para apresentação de proposta de reformulação do Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para edição de 2025.	OE2	Negativo	2	1	5		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 79				Negativo	250	45	200		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

QUALIDADE

A-OP41: Melhoria dos tempos de resposta para análise e emissão de pareceres técnicos relativos a infraestruturas desportivas		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 80	N.º médio de dias para análise e emissão de pareceres técnicos, obrigatórios, no âmbito das atribuições legalmente conferidas ao IPDJ, I.P., relativamente a infraestruturas desportivas, a planos diretores municipais e a recintos de	Percentagem de pareceres técnicos e prestação de esclarecimentos, não obrigatórios, a entidades externas (promotoras de instalações desportivas e cidadãos), relativamente ao enquadramento legal de instalações desportivas.	OE2	Negativo	23	3	18		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 81				Positivo	70%	5%	60%		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

ÁREA DE INTERVENÇÃO: MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
6	10	0

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	1	1
Coordenação Equipa Multidisciplinar	0	0
Técnica Superior	3	3
Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	1	1
Técnica de Sistemas e Tecnologias de Informação	0	0
Assistente Técnica	1	1
TOTAL	6	6

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
R-Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional

Principais desafios
Uniformizar as tecnologias usadas para o desenvolvimento das várias aplicações, de forma a reduzir custos de desenvolvimento e manutenção. Para tal, importará suprir a ausência de recursos humanos especializados e gerir a mudança, para além dos constrangimentos orçamentais.

A área de intervenção da modernização administrativa e desenvolvimento organizacional, com atribuições no âmbito da conceção e implementação de políticas e estratégias para as áreas de sistemas de informação, atendimento e relação com o utente e envolvimento dos cidadãos, integra nas suas competências o processo de transformação das práticas e tecnologias utilizadas, visando a melhoria da eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços prestados.

De entre os objetivos desta área de intervenção, destacam-se a **digitalização**, automatização de tarefas repetitivas e a **eliminação de redundâncias**; o **foco nos públicos-alvo e cidadãos, em geral, colocando-os no centro dos serviços prestados**; a Integração de sistemas e bases de dados para **simplificar o acesso às informações**; a **formação** em contexto interno de modo a dotar os trabalhadores do IPDJ de competências para operar com novas tecnologias e métodos; a introdução de novas **ferramentas de IA** (Inteligência Artificial) e **Big Data**, permitindo a análise de dados e conseqüente **apoio à tomada de decisão**; a implementação de interfaces facilitadoras do acesso à informação e serviços, vem como **Chatbots para atendimento automatizado aos cidadãos**.

No ano 2025, prevê-se a intervenção desta área junto dos trabalhadores, para **capacitação no uso de Copilot**; o desenvolvimento de ferramenta tecnológica para **acompanhamento, monitorização e comunicação dos Objetivos do QUAR, Plano e Estratégias** e prosseguir a disponibilização já iniciada de **Dashboards**, abrangendo outras áreas de intervenção do IPDJ, com informação relevante para os públicos-alvo e/ou partes interessadas.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Chefe de Divisão	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	--	-------------------------------	-------------------------	----------------------	------------------	-------------

EFICÁCIA

A-OP42: Promover a melhoria dos sistemas de informação e dos instrumentos de gestão, bem como o envolvimento dos/as trabalhadores/as nos processos de decisão		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 82	Nº de trabalhadores capacitados no uso do Copilot		OE3	Positivo	13	1	20		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 83	Nº de dias úteis para desenvolvimento de ferramenta de reporte de QUAR e Estratégias			Negativo	200	50	112		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP43: Promover a inovação, a transformação digital, a revisão e otimização dos processos e procedimentos, com vista ao estabelecimento de boas práticas de simplificação de respostas		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 84	N.º de dashboards com indicadores de gestão disponibilizados		OE3	Positivo	3	1	8		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 85	Nº de áreas temáticas abrangidas pelo assistente virtual			Positivo	5	2	8		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

QUALIDADE

A-OP44: Promover a melhoria da Qualidade dos Serviços e dos Processos no Apoio às Aplicações e Serviços TIC do IPDJ		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 86	Taxa de satisfação dos utilizadores das aplicações do IPDJ		OE3	Positivo	70%	10%	100%		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 87	Nº de dias úteis para elaboração de manual de procedimentos para os serviços TIC			Negativo	250	50	150		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

ÁREA DE INTERVENÇÃO: FINANCEIRA, ORÇAMENTAL E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
2	4	0

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	3	3
Coordenação Equipa Multidisciplinar	0	0
Técnica Superior	7	15
Docente	0	0
Assistente Técnica	7	7
Assistente Operacional	2	2
TOTAL	19	27

Unidades Orgânicas

Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)

R-Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

R-Divisão de Recursos Financeiros

R-Divisão de Aprovisionamento e Património

Principais desafios

O volume da atividade nestas áreas de intervenção, requer para além de rigoroso planeamento e ampla disponibilidade dos trabalhadores, a estabilização das equipas. De entre os principais desafios, destaca-se a existência de carreiras com componentes salariais mais atrativas na AP, daí decorrendo a dificuldade de atração e de retenção de ativos humanos especializados. Tal facto não obsta a que todas as atividades devam ser prosseguidas, nos termos e prazos legais, convocando, porém, as equipas a um esforço significativo.

As áreas financeira, orçamental e contratação pública, a que acresce a área patrimonial, são desenvolvidas por três equipas a quem compete a elaboração e acompanhamento do orçamento do Instituto; atividades de natureza financeira; tramitação dos processos de contratação pública; gestão do património; apoio financeiro à APCVD ([Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto](#)).

Constituindo um eixo fundamental na gestão dos recursos públicos, estas áreas de intervenção asseguram a transparência e sustentabilidade do cumprimento dos objetivos estratégicos e obrigações legais. Envolvendo a gestão do orçamento e dos recursos financeiros do Instituto; os processos de aquisição de bens e serviços e, ainda, a gestão patrimonial, compete a estas áreas de suporte à atividade do Instituto, garantir o equilíbrio financeiro, a eficácia e cumprimento escrupuloso da Lei e demais orientações emanadas da Direção-Geral do Orçamento, bem como assegurar os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência, entre outros, no domínio da contratação pública.

No ano 2025, prevê-se a **recuperação de dívidas de clientes** contribuindo para a estabilidade e sustentabilidade do IPDJ, IP, assegurando que **ações de boa cobrança** resultem na redução efetiva do saldo das dívidas em aberto; efetuar a **análise Crítica da Despesa de Estrutura**, com vista a avaliar a eficiência na utilização dos recursos, identificando locais onde os custos podem ser otimizados sem comprometer a qualidade ou eficácia dos serviços; e a elaboração de um relatório referente à análise comparativa dos **custos das viaturas elétricas e das viaturas de combustão**, visando facultar informação detalhada para **apoio na tomada de decisão estratégica** sobre a adoção ou ampliação de frota elétrica em detrimento ou complemento à frota de combustão.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Diretor/a	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
-------------------------	--	-------------------------------	-----------	----------------------	-----------	-------------

EFICÁCIA

A-OP45: Recuperar dívidas de clientes - DRF		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 88		Percentagem de Dívidas Recuperadas	OE2	Positivo	25%	5%	30%		80%	0,00%	Não atingiu
Ind. 89		Montante faturado e não cobrado em 2025		Negativo	90%	5%	90%		20%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

EFICIÊNCIA

A-OP46: Análise Crítica da Despesa de Estrutura - DAP		Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 90		Relatório referente à análise crítica dos custos de estrutura	OE3	Negativo	2	1	3		50%	0,00%	Não atingiu
Ind. 91		Relatório referente à análise comparativa dos custos das viaturas elétricas e das viaturas de combustão		Positivo	2	1	3		50%	0,00%	Não atingiu
										TAXA DE REALIZAÇÃO	0,00%

ÁREA DE INTERVENÇÃO: PLANEAMENTO, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE CARREIRAS

OBJETIVOS	INDICADORES	MEDIDAS ODS
5	6	0

ATIVOS HUMANOS	Ocupados 2024	Previstos 2025
Dirigentes	1	1
Coordenação Equipa Multidisciplinar	0	0
Técnica Superior	2	4
Docente	0	0
Assistente Técnica	4	6
Assistente Operacional	2	2
TOTAL	9	13

Unidades Orgânicas Responsáveis (R) e Corresponsáveis (CR)
<p>CR-Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais</p> <p>R-Divisão de Recursos Humanos</p>

Principais desafios
<p>Considerando as atividades propostas associadas às já desenvolvidas no âmbito das suas competências, a equipa de recursos humanos, de reduzida dimensão, vinculada às pessoas que serve, é convocada a um esforço coletivo para enfrentar com organização, exigência e flexibilidade, os desafios do futuro nesta área de intervenção, de forma resiliente e responsável, nomeadamente por força da inexistência de aplicações de gestão integrada, com utilização de IA, de modo a otimizar todos os recursos.</p>

A área de intervenção do planeamento, organização e gestão de carreiras engloba a atividade atinente às matérias de recursos humanos, designadamente a aplicação dos subsistemas de avaliação do desempenho (SIADAP 1 2 3); o planeamento e execução da formação profissional, a elaboração dos instrumentos de gestão e da responsabilidade social; o recrutamento e seleção; a emissão de pareceres e processamento de vencimentos e abonos do IPDJ e da APCVD ([Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto](#)): a instrução de processos de aposentação e contagem de tempo; a coordenação e tratamento documental, em Portugal, dos processos de objeção de consciência ao serviço militar, da Comissão Nacional de Objeção de Consciência; a gestão da segurança e saúde no trabalho; a gestão de arquivo intermédio, expediente geral e atendimento geral ao público, bem como o planeamento e acompanhamento das auditorias internas e externas ao Sistema de Gestão certificado e demais operações à sua manutenção.

A amplitude de funções reflete a importância desta área de intervenção não apenas na gestão de carreiras, mas também como suporte estratégico técnico e administrativo fundamental ao funcionamento eficiente e inclusivo do IPDJ.

No ano de 2025, para além da atividade anteriormente referida, pretende-se em alinhamento com as Grandes Opções do Plano 2024-2028, dar início à **elaboração de planos individuais de carreira**, no universo das carreiras gerais e especiais, estimulando os trabalhadores a definir, estruturar e alcançar para além de objetivos pessoais, objetivos profissionais alinhados com a Missão do Instituto e respetiva estratégia, contribuindo-se, deste modo com uma medida de gestão, entre outras, que visam **promover a excelência dos serviços prestados**.

ÁREA DE INTERVENÇÃO: PLANEAMENTO, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE CARREIRAS

Pretende-se, igualmente, **promover práticas eficientes de planeamento** visando maximizar a eficiência e o impacto da ação do IPDJ, a **aplicação das políticas setoriais (desporto e juventude) e de RH na AP, através da produção e divulgação de informação relevante**, interna e externamente, mediante a **elaboração de orientações e notas técnico-jurídicas** com interesse para os serviços e partes interessadas, aí incluídos, entre outros, os serviços da APCVD, no âmbito do apoio administrativo prestado, reconhecendo-se que a aposta em orientações jurídicas sólidas pode ter impactos muito positivos em diversos níveis, incluindo a eficiência interna e a redução de custos com recrutamento.

O investimento do Instituto na **formação e capacitação dos trabalhadores**, visando o desenvolvimento de competências e o aperfeiçoamento profissional, requer uma avaliação objetiva, da sua eficácia. Para o efeito, pretende-se autonomizar do questionário de satisfação global, a **avaliação da satisfação dos trabalhadores** enquanto parte interessada desta área de intervenção, **relativamente à qualidade e utilidade da formação frequentada** na demanda da qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da gestão do **arquivo intermédio** e da campanha de introdução em **economia circular e valorização dos resíduos** resultantes da reciclagem de material elétrico e eletrónico, prevê-se a conclusão nas instalações do IPDJ, das ações de abate de material obsoleto e não reutilizável, no âmbito da Campanha “**Doa na Desportiva**” e a sua **ampliação no âmbito do Clube-TOP, junto dos clubes desportivos**, bem como a continuidade da **digitalização** de processos de infraestruturas desportivas e livros datados de 1900. assegurando a preservação dos mesmos em suporte digital, para consulta pública.

MEMÓRIA DESCRITIVA

ATIVIDADES PLANEADAS

UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Recursos Humanos	CARGO DO/A RESPONSÁVEL	Chefe de Divisão	MONITORIZAÇÃO	Semestral	2025
------------------	-----------------------------	------------------------	------------------	---------------	-----------	------

EFICIÊNCIA

OP2:	Promover a implementação de mecanismos de motivação de RH									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 3	Nº de dias para elaboração de regulamento interno "sistema de recompensas não pecunárias"	OE3	Negativo	200	50	90		100%	0,00%	Não atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

QUALIDADE

OP3:	Aumentar a taxa de satisfação dos trabalhadores, com as condições laborais proporcionadas									
Indicadores	Objetivo Estratégico	Incremento Positivo ou Negativo	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Resultado 2025	Peso	Taxa de Realização	Classificação	
Ind. 5	Taxa de satisfação dos trabalhadores	OE3	Positivo	65%	10%	80%		100%	0,00%	Não atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO									0,00%	

07 | OUTRAS ATIVIDADES

- Políticas Transversais
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Enquanto organismo do Estado, o IPDJ está envolvido no desenvolvimento de Políticas Transversais operacionalizadas através de Estratégias e Planos Nacionais, envolvendo e mobilizando serviços e recursos na execução das medidas inscritas, nas áreas do Desporto e da Juventude, nomeadamente, na *Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND) 2018-2030*; no *Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (PNCRD) — 2021 -2025*); no *Grupo Operativo Único/ Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações 2020-2025*; no *Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem*; na *Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENICP) 2021 -2025*, na *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030* e na *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2023-2030*.

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2023-2030

A Educação para o Desenvolvimento no âmbito da ENED, constitui-se como uma poderosa ferramenta para desconstruir estereótipos e para combater e prevenir todas as formas de discriminação em razão do sexo, da origem racial e étnica, da nacionalidade, da idade, da deficiência, da religião, da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, entre outros. Contribui, assim, para reforçar princípios e compromissos que contrariem o alastramento do medo e da xenofobia, bem como para reconhecer e combater dinâmicas estruturais de exclusão, de normalização da violência, das desigualdades e de degradação ambiental, criando condições para um mundo mais inclusivo, pacífico, justo e sustentável.

No seu âmbito de ação, a ENED tem por base a Educação ao longo da vida, desenvolvendo-se num quadro alargado e diverso, de âmbitos educativos, nomeadamente, na educação formal, não formal e informal.

Em 2023 iniciou-se a construção da terceira ENED (2023-2030), prevendo-se a sua aprovação em Conselho de Ministros até ao final do presente ano. A ENED integra os Planos de Ação, que identificam os objetivos estratégicos, as medidas, as ações a desenvolver e as metas a alcançar, pelas várias entidades que participam na ENED constituindo-se o IPDJ, I.P. como Entidade Subscritora dos Planos de Ação.

O Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., preside a Comissão de Acompanhamento da ENED.

Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND) 2018-2030

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (ENIND) lança um novo ciclo programático, alinhada temporal e substantivamente com a Agenda 2030 e apoiada em três Planos de Ação que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens (IMH), de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD) e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (OIEC).

Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (PNCRD) — 2021 -2025)

Trata-se do primeiro plano nacional nesta matéria, tendo como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública». O PNCRD 2021 -2025 afirma a igualdade, combate as segregações e desigualdades estruturais, assim como qualquer marginalização dos/as seus/as cidadãos/ãs. Está organizado em quatro princípios transversais e dez linhas de intervenção, combinando intervenções transversais e específicas.

É entidade coordenadora do PNCRD a Secretaria -Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM).

Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENICP) 2021 -2025

Com a ENIPD, o Governo de Portugal reforça o seu compromisso com a inclusão, consolida-se enquanto país igualitário, onde as pessoas com deficiência têm oportunidade de exercer plenamente os seus direitos e deveres, numa perspetiva de cidadania plena.

A ENIPD 2021 -2025 orienta-se pelos princípios fundamentais de respeito e garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade, equidade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas, e pelo respeito pela diferença e diversidade.

É entidade coordenadora da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Grupo Operativo Único/ Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações 2020-2025

Portugal é um país com uma larga experiência no domínio da gestão de fluxos migratórios, cujas políticas públicas de acolhimento e integração de migrantes são amplamente reconhecidas, tanto no panorama nacional como internacional.

No domínio do acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional, Portugal tem acolhido pessoas refugiadas no âmbito da reinstalação, através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e através de pedidos espontâneos apresentados em território nacional e na fronteira.

Neste âmbito foi criado o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações, com a missão de proceder à aferição da capacidade instalada de acolhimento e de conceber um plano de ação e resposta em matéria de reinstalação, recolocação e integração dos migrantes. Destaca -se ainda a existência do Grupo Operativo Único.

Em causa está a garantia de uma maior eficácia e eficiência no âmbito do acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional, incluindo as crianças não acompanhadas, reinstalados ou recolocados, urge criar uma estrutura que assegure a cooperação e coordenação entre os vários intervenientes.

Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030

A ENCP 2021-2030 foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro.

O Governo afirmou a ENCP como elemento central do objetivo de erradicação da pobreza, enquadrado no desafio estratégico de redução das desigualdades. A conceção da ENCP foi devidamente articulada com as restantes estratégias, planos e programas existentes cujo domínios de atuação se intersejam como sejam a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual», o Plano Nacional de Implementação para o Pacto das Migrações, a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022, o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — «Portugal contra o Racismo», a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024, o Plano Nacional para a Juventude 2018-2021 e o Programa de Valorização do Interior.

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) terá dois planos de ação com dois horizontes temporais diferentes para as concretizar (2022-2025 e 2026-2030), tendo o primeiro plano de ação sido aprovado pelo Governo em Conselho de Ministros de 12 de outubro de 2023.

A abordagem da presente ENCP, assenta numa visão mais ampla da pobreza, isto é, a pobreza definida como a escassez ou ausência de recursos dos indivíduos ou agregados para satisfazer as suas necessidades de bem-estar.

A ENCP organiza-se em torno de seis eixos estratégicos, explanados nos Planos de Ação onde se identificam as ações concretas a desenvolver, os indicadores, as entidades envolvidas e as metas. Os planos têm como âmbito temporal 2022-2025 e 2026-2030.

O IPDJ, I.P. integra a Comissão Técnica de Acompanhamento da ENCP.

A Comissão Interministerial de Alto Nível (CIAN) é responsável por analisar, acompanhar e avaliar a execução da ENCP.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o IPDJ integra os mesmos na sua estratégia global, reforçando o seu compromisso com a promoção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável, em particular, para as crianças e jovens. Deste modo, considerando a missão do Instituto e os objetivos propostos, foram identificados os seguintes Programas e/ou Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários e a sua conexão com a nossa estratégia:

ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	100	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 2 - ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	75	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 3 - SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	95	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
UAARE	Dinamização das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas (UAARE).	N.º de atletas jovens abrangidos pelas UAARE.	1100	50 000,00 €	DD / DDF	OE2	Conciliação da atividade escolar com a prática desportiva de alunos-atletas do ensino básico e secundário enquadrados no regime de alto rendimento e integrados em seleções nacionais, assim como alunos-atletas com potencial de talento desportivo
Atividades Regulares	Desenvolvimento de indicadores de majoração de candidatura ao nível do financiamento das federações desportivas.	N.º de jovens federados (% de aumento face ao ano anterior).	2,50%	0,00 €	DD / DDF	OE2	
Atividades Regulares	Apoio à Federação Académica de Desporto Universitário na prossecução de atividades regulares e eventos desportivos.	N.º de atletas no desporto no ensino superior.		0,00 €	DD / DDF	OE2	
Dia Europeu do Desporto na Escola	Organização do «Dia Europeu do Desporto na Escola».	N.º de escolas e estudantes participantes inscritos.		0,00 €	DD / DDF	OE2	
Programa Cuida-te+	Gabinetes de Saúde Juvenil	Nº de jovens atendidos	5000	2 000 000,00 €	DP	OE1	Os 19 Gabinetes de Saúde Juvenil existentes em todo o País, consistem na prestação de aconselhamento presencial ou online, por profissionais de saúde (psicólogos, nutricionistas e enfermeiros, entre outros), a pessoas jovens dos 12 aos 25 anos, nas áreas de intervenção do Programa, contemplando a deteção, a intervenção precoce, o seguimento clínico ou a eventual referenciação.
Programa Cuida-te+	Unidades Móveis	Nº de jovens atendidos	8000	2 000 000,00 €	DP	OE1	As Unidades Móveis, uma por cada Direção Regional, consistem na intervenção descentralizada, presencial, contemplando a deteção, intervenção precoce ou eventual referenciação de pessoas jovens, no âmbito das áreas de intervenção do Programa, prestada por profissionais de saúde que se deslocam a territórios com baixa acessibilidade. identificados através de candidatura anual para entidades
N/a	Apoio a projetos de associativismo jovem e voluntariado jovem ligados à temática do combate ao racismo e discriminação.	N.º de projetos apoiados	5	0,00 €	DPJA	OE2	
N/a	Capacitação de docentes para a temática do associativismo estudantil.	N.º de docentes capacitados.	36	0,00 €	DPJA	OE2	
N/a	Identificação e capacitação de jovens embaixadores.	N.º de alunos capacitados.	36	0,00 €	DPJA	OE2	

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Formar +.	Plano de Formação e capacitação do CJL, com formações certificadas, seja no âmbito do Formar + Medida 1 e Medida 4, bem como com outras entidades credenciadas na área da formação.	N.º de ações / N.º de formandos.	5 ações / 80 participantes	0,00 €	DRLVT / CJL	OE2	
Atividades Regulares Alto Rendimento e Seleções Nacionais	Apoio ao acesso ao ensino superior	N.º declarações de licenças especiais	200	0,00 €	DD / DDF	OE2	Assegurar que os atletas de alto rendimento têm os seus direitos protegidos em matéria de acesso ao ensino superior, em igualdade de condições com os demais estudantes
Atividades Regulares Alto Rendimento e Seleções Nacionais	Conciliação da prática desportiva com os estudos	N.º declarações de licenças especiais	2000	0,00 €	DD / DDF	OE1	Garantir a plena participação dos alunos atletas, nas competições,
Atividades Regulares Alto Rendimento e Seleções Nacionais	Garantir meios de promoção e desenvolvimento ao programa das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola	N.º de alunos atletas abrangidos pelo programa	1000	0,00 €	DD / DDF	OE2	
PNDpT - IES	Projetos de Investigação desenvolvidos pelas IES na área do Desporto para Todos.	N.º de projetos apoiados no PNDpT	10	0,00 €	DD / DDF	OE1	
Programa Cuida-te+	Capacitação	N.º de ações de capacitação	2	27 000,00 €	DP	OE2	A capacitação na área da saúde, visa maximizar a qualidade da intervenção, tendo por base a formação complementar, dos profissionais de saúde alocados ao Programa, de profissionais de juventude cujas funções visem o planeamento e monitorização das ações do Programa, de profissionais das entidades promotoras ou das organizadoras, em áreas identificadas como lacunares, promovendo a qualidade das suas práticas e tomada de decisão.
Programa "Campos de Trabalho Internacionais"	-----	N.º de jovens voluntários	300	90 000,00 €	DP	OE2	Os Campos de Trabalho Internacionais visam promover atividades de voluntariado de carácter comunitário, civil ou social, realizadas por um grupo de jovens de várias nacionalidades. Potenciam o desenvolvimento de uma comunidade local através de tarefas de carácter coletivo e possibilitam aos/às jovens: aprendizagens culturais, linguísticas. e interação intercultural.
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	110	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 5 - IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a Igualdade de Género e empoderar todas as mulheres e raparigas

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Igualdade de Género	Ações de sensibilização para a área da Igualdade de Género.	N.º de atividades/N.º de participantes.	2 / 150	0,00 €	DRLVT / CJL	OE1	Conferência «À Conversa: Quando se ama é para sempre?» Soroptimist International Clube Lisboa Caravela, em parceria com o CJL
Igualdade de Género/Violência Genital Feminina	Ações de sensibilização para a área da Igualdade de Género.	N.º de atividades/N.º de participantes.	3, /80	0,00 €	DRLVT / CJL	OE1	Exposição «Laranja Luz» exposição de fatos, pelos alunos do Curso de Design de Moda, da Escola Magestil de Lisboa-temática da eliminação da violência contra as mulheres; Exposição “Dia dos Namorados”; #Podcast Youth Talks - YT 11 Igualdade de Género – REDE – moderado por Alessandro Fabbri – Serviço Cívico Italiano com Clara Rodrigues – REDE
Eventos Internacionais	Valorização das candidaturas com participação de raparigas e mulheres em eventos desportivos internacionais	N.º de Eventos valorizados	50	0,00 €	DD / DDF	OE2	
Atividades Regulares	Financiamento de projetos de desenvolvimento do Desporto para raparigas e mulheres	N.º de projetos	20	0,00 €	DD / DDF	OE1	
PNDPT - Associativismo	Valorização das candidaturas com participação de raparigas e mulheres no PNDpT - Associativismo	N.º de candidaturas valorizadas	50	0,00 €	DD / DDF	OE1	
Programa Agora Nós	Namorar com Fair Play	N.º de jovens voluntários	130	80 000,00 €	DP	OE1	Os objetivos pretendidos visam prevenir a violência com base nas desigualdades de género; combater a violência no namoro; eliminar estereótipos de género promovendo uma cultura de não-violência e sensibilizar os jovens para igualdade de género como parte integrante dos Direitos Humanos.
Programa Agora Nós	Jovens Pela Igualdade	N.º de Entidades	6	4 000,00 €	DP	OE1	
Programa Agora Nós	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	N.º de projetos com intervenção no ODS	110	0,00 €	DP/SL/SRA/DPS/NC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
Programa Agora Nós	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	N.º ações de sensibilização destinadas a técnicos e a associações	2	0,00 €	DPJ	OE1	
Programa Agora Nós	Ações de sensibilização nas áreas da Igualdade de Género e Direitos Humanos junto de jovens, com o suporte da exposição sobre igualdade de género (concurso de fotografia um olhar contemporâneo sobre Igualdade de género)	N.º de ações	6	0,00 €	DRC	OE1	

ODS 6 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	40	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 7 - ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	30	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 8 - TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Atividades Regulares	Apoio à contratação de recursos humanos qualificados nas federações - OG	N.º colaboradores /contratos	354	0,00 €	DD / DDF	OE3	
Atividades Regulares	Apoio à contratação de recursos humanos qualificados nas federações - Técnicos	N.º colaboradores /contratos	565	0,00 €	DD / DDF	OE3	
N/a	Divulgação de oportunidades no âmbito do emprego, estágios, experiências profissionais e empreendedorismo no sistema de informação do IPDJ, I. P.	N.º de publicações nos canais de comunicação	12	0,00 €	DICRI / DIC	OE3	
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	55%	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
N/a	Execução do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Associativo.	N.º de estágios.	45	90 000,00 €	DPJA	OE1	

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	20	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 10 - REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	N.º de projetos com intervenção no ODS	55	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
Eventos Desportivos	Valorização de eventos organizados em territórios do interior (de acordo com o anexo da Portaria n.º 208/2017 de 13 de julho)	N.º de Eventos realizados no interior do país	18	0,00 €	DD / DDF	OE1	Aumento da prática desportiva e da atividade física em todos os setores da população do interior do território nacional
PNDpT - Associativismo	Valorização de candidaturas com projetos organizados em territórios desconcentrados	N.º de projetos apoiados com localização desconcentra	10%	0,00 €	DD / DDT	OE1	
Programa OTL	OTL- Curta duração OTL - Longa Duração	N.º de jovens	1000	280 000,00 €	DP	OE1	O Programa visa proporcionar aos/às jovens experiências em contexto de aprendizagem não-formal ou em contexto ativo de trabalho, e desenvolver capacidades e competências pessoais, profissionais e sociais. O OTL proporciona a participação ativa em projetos (de curta ou longa duração) com a comunidade, contribuindo para a ocupação dos tempos livres de forma saudável.
Programa "Férias em Movimento"	-----	N.º de jovens	3500	200 000,00 €	DP	OE1	O programa "Férias em Movimento" foi criado a pensar na ocupação saudável dos tempos livres dos/as jovens no período de férias escolares e pretende fomentar o desenvolvimento de projetos úteis à comunidade através da prática de atividades lúdico-pedagógicas e que configuram campos de férias.
Programa "Jovens Criadores"	-----	N.º de Jovens Criadores que participam na MNJC	120	120 000,00 €	DP	OE2	O programa "Jovens Criadores" promove a criação de oportunidades efetivas de divulgação do trabalho de jovens criadores/as do país, habitualmente privados/as do acesso a circuitos culturais. Potencia o desenvolvimento artístico dos/as jovens criadores/as nacionais e pretende incentivar a sua participação em atividades culturais e artísticas. Da seleção de obras e performances candidatas resulta, anualmente, a Mostra Nacional Jovens Criadores. um grande evento cultural de jovens criadores/as.

ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	50	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 12 - PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	60	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 13 - AÇÃO CLIMÁTICA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	70	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
Eventos Desportivos	Valorizar candidaturas com apresentação de medidas sustentáveis	N.º de Eventos com medidas aplicadas	5	0,00 €	DD / DDF	OE2	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 14 - PROTEGER A VIDA MARITIMA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	50	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras

ODS 15 - PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e promover a uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	60	0,00 €	DPSLSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
Gestão Sustentável	Proposta de Implementação da Metodologia 3R6 e a consequente certificação da gestão de resíduos do Centro de Juventude de Lisboa do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. através da Sociedade Ponto Verde.	Elaboração e certificação da gestão de resíduos.	1	0,00 €	DRLVT / CJL	OE1	Atribuição do Certificado 3R6 ao Centro de Juventude de Lisboa, por um período de dois anos, outubro de 2023 a outubro de 2025
Programa "Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas"	-----	Nº de jovens voluntários/as	3000	1 000 000,00 €	DP	OE1	O Programa "Voluntariado Jovem para a Natureza e Floresta" promove práticas no âmbito da proteção da natureza, florestas e respetivos ecossistemas, através da sensibilização das populações em geral e da preservação contra os incêndios florestais e outras catástrofes com impacto ambiental, da monitorização e recuperação de territórios afetados.

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições

Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
N/a	Dinamização de ações de informação, comunicação, sensibilização e educação para os direitos humanos online e offline, da literacia digital e do combate ao discurso de ódio online.	N.º de ações realizadas	2	20 000,00 €	DICRI - NRI	OE1	
N/a	Incentivo à participação e presença de técnicas/os de juventude e de informação a jovens em ações de formação e projetos internacionais, nomeadamente no âmbito da ERYICA, da Eurodesk e do Programa Erasmus+.	N.º de ações.	3	5 000,00 €	DICRI - NRI	OE1	
N/a	Dinamização das parcerias nacionais e internacionais no domínio da informação para jovens, tendo em conta a carta europeia de informação para jovens.	N.º de ações realizadas.	2	0,00 €	DICRI	OE2	
N/a	Divulgação de iniciativas, a nível nacional, visando a promoção da educação não formal como mecanismo de desenvolvimento de aprendizagens multifacetadas.	N.º de publicações nos canais online do IPDJ. I. P.	6	0,00 €	DICRI / DIC	OE2	
Programa "EUROSCOLA"	-----	N.º de escolas	60	36 000,00 €	DP	OE2	O programa é dirigido a alunos/as do ensino secundário, no âmbito da cidadania, e consiste na simulação do trabalho dos/as Eurodeputados/as. Numa primeira fase, o concurso inicia-se na sessão distrital ou regional, seguindo para uma sessão nacional, na Assembleia da República.
Programa "Ocupação de Tempos Livres" e Programa "Agora Nós".	-----	N.º de projetos onde são trabalhadas as áreas de	5	ODS10	DP	OE2	Quer no Programa OTL, programa de tempos livres, quer no Programa "Agora Nós", programa de voluntariado jovem, são desenvolvidos projetos, em diferentes áreas de intervenção, nomeadamente, a área dos Direitos Humanos, por jovens dos 12 aos 30 anos de idade.
Programa "Agora Nós".	Geração Z	N.º de jovens voluntários/as	400	200 000,00 €	DP	OE2	Alargar o âmbito de intervenção do voluntariado, valorizar as intervenções realizadas por e para jovens; criar sinergias com entidades da sociedade civil e entidades públicas através da preparação de atividades de voluntariado; contribuir para uma intervenção útil e eficaz na comunidade; potenciar a qualidade das atividades de voluntariado e a aquisição de competências por parte dos/as voluntários/as; e valorizar o reconhecimento da educação não formal através da integração no Passe Jovem.
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	95	0,00 €	DP/SLRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
N/a	Dinamização de ações de sensibilização e educação para os direitos humanos online e offline, da literacia digital e do combate ao discurso de ódio online, reforçando as competências dos técnicos de juventude e	N.º de ações realizadas.	2	0,00 €	DPJA	OE1	
N/a	Dinamização das parcerias nacionais e internacionais no domínio da informação para jovens, tendo em conta a carta europeia de informação para jovens.	N.º de ações realizadas.	5	0,00 €	DPJA	OE2	
N/a	Execução do Programa Formar+, Medidas 1 e 2	N.º de ações realizadas.	40	20 000,00 €	DPJA	OE2	

ODS 17 - PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

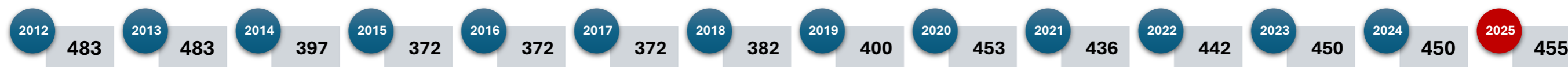
Programa	Medida	Indicador	Meta 2025	orçamento anual	Responsabilidade	Concorre para:	Impacto
Cooperação	Desenvolver atividades em parceria com os parceiros nacionais e internacionais.	Desenvolver atividades em parceria com os parceiros nacionais e N.º de iniciativas / N.º de Organizações envolvidas.	3/10,	0,00 €	DRLVT / CJL	OE2	Fundação Cidade Lisboa; Clube Intercultural Europeu; DYPALL; Câmara Municipal de Mafra e Nazaré; Associação Mais Cidadania e Associação Descoberta de Momentos, da Ucrânia e Europe Direct
Comemoração de Dias Específicos	Dia Mundial das Competências dos Jovens; Dia Internacional da Juventude; Dia Internacional da Democracia; Dia Internacional do Voluntariado; Dia Internacional dos Direitos Humanos.	N.º de iniciativas / N.º de Organizações envolvidas.	5/10,	0,00 €	DRLVT / CJL	OE2	Dia Mundial da Língua Portuguesa; Dia do Associativismo; Dia Internacional da Juventude; Dia Internacional das Competências, Dia Internacional da Democracia; Dia Mundial dos Direitos Humanos
SNID-Sistema Nacional de Informação Desportiva	Atualização do Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas	N.º de inscrições	135	0,00 €	DD / DDF	OE2	
Projeto Proximidade	Implementação do projeto de proximidade nas federações desportivas	N.º de ações realizadas	6	0,00 €	DD / DDF	OE2	
Desporto para Todos	Parcerias com entidades para a promoção da atividade física e desportiva no âmbito do Desporto para Todos	N.º de parcerias estabelecidas	20	0,00 €	DD / DDT	OE2	
N/a	Divulgação de programas, serviços e iniciativas direcionados para jovens, designadamente, no âmbito da participação e cidadania ativa.	N.º de iniciativas	6	0,00 €	DICRI	OE3	
Programa "Parlamento dos Jovens"	Ensino Secundário	N.º de Escolas	450	0,00 €	DP	OE2	O Parlamento dos Jovens é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos/às jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa. O objetivo é incentivar o interesse dos/as jovens pela participação cívica e política.
Concórso Internet Segura	Navegas em Segurança	N.º de Voluntários/as	30	0,00 €	DP	OE2	O projeto de voluntariado "Navega(s) em Segurança?", integrado no Programa Agora Nós, destina-se aos jovens, entre 16 e 30 anos, com conhecimentos sobre o uso de novas tecnologias da informação ligadas à internet. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da utilização responsável e segura da Internet, através da realização de sessões informativas e de ações de sensibilização destinadas a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral.
Programa Escolhas	Educação, Formação e Emprego; Dinamização Comunitária e Cidadania.	Nº de projetos com intervenção no ODS	70	0,00 €	DP/LSRA/DPSNC	OE1	Impacto no desenvolvimento e consciencialização das populações mais jovens e socioeconomicamente mais vulneráveis, sobre temas como a igualdade de género, a promoção de uma educação de qualidade, a erradicação da pobreza e a promoção da saúde, entre outras
N/a	Execução dos programas de apoio ao associativismo jovem.	N.º de candidaturas apoiadas.	1000	7 103 250,00 €	DPJA	OE1	
N/a	Atribuição de declaração para o estatuto de dirigente associativo	N.º de jovens beneficiadas/os	300	0,00 €	DPJA	OE2	
N/a	Celebração do dia do associativismo jovem.	Realização das comemorações	----	30 000,00 €	DPJA	OE1	
N/a	Atribuição de prémios de boas práticas associativas	N.º de prémios atribuídos.	10	18 500,00 €	DPJA	OE1	
N/a	Produção de estatísticas no âmbito do Registo Nacional do Associativismo Jovem	Disponibilização de dados no portal do IPDJ e dados.gov.	----	0,00 €	DPJA	OE3	

08 | RECURSOS

- Recursos Humanos, Financeiros e Materiais
- Formação Profissional
- Sistema de Gestão: NP4552:2022

RECURSOS HUMANOS

O quadro seguinte, apresentando o número de postos de trabalho aprovados pelo membro do Governo competente, espelha a **evolução dos ativos humanos**, no Instituto, desde a sua criação, sendo expectável a redução do número de postos de trabalho nos próximos ciclos de gestão, face ao número de aposentações previstas e ao processo de especialização e transição digital em curso.



O **Mapa de Pessoa aprovado para o ano 2025**, prevê **455 postos de trabalho**, distribuídos por cargos não inseridos em carreiras, equipas multidisciplinares, carreiras gerais e especiais. Destes, 158 integram os Serviços Desconcentrados do IPDJ (Direções Regionais), os quais trabalham de forma articulada e em conjunto, privilegiando a relação de proximidade com os públicos-alvo e demais partes interessadas, executando em todo o território nacional, sob orientação da Direção do IPDJ, os Programas do IPDJ e as políticas do Governo para as áreas do desporto e da Juventude.

RECURSOS FINANCEIROS

O **orçamento para 2025** prevê uma dotação de **92,9M€**, englobando todas as despesas inerentes ao seu funcionamento e atividades.

O orçamento global do IPDJ, I. P. integra as despesas com a atividade do **Programa Escolhas** e do **Programa Anda**, bem como o reforço do investimento com a atividade do **Programa Cuida-te**.

Programa ESCOLHAS

O Orçamento do Programa Escolhas prevê uma dotação de **7,9M€**, englobando as despesas com pessoal, aquisição de serviços e transferências correntes.

Programa ANDA

O Orçamento do Programa ANDA prevê uma dotação de **3,9M€** englobando as despesas referentes a aquisição de bens e serviços e transferências correntes.

RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS

O Orçamento do **Programa CUIDA-TE** prevê uma dotação de **3,5M€** englobando as despesas referentes a aquisição de bens e serviços e transferências correntes.

Verifica-se assim, uma **dotação total de 111,1M€** para 2025 e em comparação ao orçamento de 2024 (111,8M€), um decréscimo de 1%.

No quadro seguinte (memória futura), apresenta-se em síntese o comportamento do Orçamento em cada ano económico, desde a criação do IPDJ:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Orçamento de Funcionamento	50 581 530	65 672 871	58 098 393	66 050 688	65 407 577	66 728 955	68 879 270	78 052 188	77 891 206	76 448 145	79 370 757	82 390 785	89 809 531	92 049 068
Orçamento de Projetos	6 223 842	7 000 000	6 000 000	5 670 000	6 670 000	7 170 000	5 675 334	4 655 080	8 488 000	7 662 000	9 122 498	10 352 000	9 243 000	7 417 620
Fundos Comunitarios(Atividades)	364 729	801 263	2 256 975	939 001	2 663 801	3 741 473	4 656 334	2 549 550	899 621	921 113	355 000	256 357	6 352 578	5 953 027
Fundos Comunitarios(Projetos)	5 930	0	0	0	0	0	0	0	0	240 000	6 560 000	2 763 685	6 435 078	5 679 903
TOTAL	57 176 031	73 474 134	66 355 368	72 659 689	74 741 378	77 640 428	79 210 938	85 256 818	87 278 827	85 271 258	95 408 255	95 762 827	111 840 187	111 099 618
Varição face ao ano anterior		29%	-10%	10%	3%	4%	2%	8%	2%	-2%	12%	0%	17%	-1%

RECURSOS MATERIAIS

Para o ano de 2025, os principais **meios materiais** entendidos necessários para a prossecução dos objetivos do Instituto, são os constantes do quadro infra, inscritos em Investimentos (07)

Meios Materiais	Encargo	Unidade Orgânica
Apoio ao funcionamento das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, designadamente comunicação, equipamentos e plataformas	20 000,00€	Departamento de Desporto
WIFI para instalação nos serviços desconcentrados	70 000,00€	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
Firewall - Substituição da Solução	270 479,00€	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
Renovação de computadores de secretária	60 000,00€	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
Licenciamento de software de apoio à prática clínica	72 500,00€	Divisão de Modernização Administrativa

Instrumento essencial de desenvolvimento das organizações, é entendimento do IPDJ de que a formação profissional deve trilhar uma via alinhada com os objetivos estratégicos e as necessidades do posto de trabalho, sem exclusão de outros conhecimentos, incorporando os conhecimentos gerais e / ou específicos e as competências que o avanço tecnológico e as mudanças sociais e laborais a todos impõem. Conceitos como formação e capacitação integram, pois, os direitos fundamentais nos serviços públicos, assegurando que os trabalhadores do AP, em geral e do IPDJ, em particular, participam do progresso tecnológico e social.

Assim o plano de formação para 2025, reflete o compromisso do IPDJ em manter os seus trabalhadores atualizados e alinhados com as melhores práticas da administração pública, contribuindo para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais, contribuindo simultaneamente para a plena integração dos mesmos na sociedade e diminuindo a possibilidade de redução dos trabalhadores à condição de infoexcluídos.

Os **objetivos do plano** são:

1. Promover a literacia dos/as trabalhadores/as, em IA, IA Generativa e assuntos conexos
2. Atualizar conhecimentos em cada área de intervenção, direcionando recursos formativos para objetivos concretos, individuais e de equipa
3. Promover a adaptação dos trabalhadores para lidar com mudanças legislativas, sociais, novas tecnologias e políticas públicas inovadoras
4. Incentivar a adoção de práticas de liderança inspiradoras e a comunicação eficaz com o público jovem

O plano identifica, assim, **quatro eixos para a formação dos trabalhadores**, alinhados às necessidades das equipas e às tendências emergentes, nomeadamente:

- **Literacia Digital e Capacitação em Inteligência Artificial**
- **Comunicação e Liderança**
- **Planeamento e Gestão de Recursos**
- **Saúde e Alto Rendimento Desportivo**

nos quais se ancora a formação profissional no Instituto, nas áreas formativas previstas.

De modo a assegurar a eficácia do plano, serão implementados mecanismos de monitorização e avaliação contínua da formação, que incluem:

- Recolha de opinião dos participantes sobre a relevância e eficácia da formação, para realinhamento de ações futuras;
- Medição do impacto das ações de formação no desempenho das atividades diárias;
- Avaliação de melhorias nos processos que utilizem ferramentas de IA.

Com uma dotação estimada de sensivelmente 75 000,00€, para um universo de 455 trabalhadores, distribuídos por cargos e carreiras gerais e especiais, o Plano de Formação Profissional reforça em 2025 o compromisso do Organismo com o desenvolvimento pessoal e profissional das suas pessoas e equipas e com a prestação de serviços de excelência, aos jovens e atletas, em particular e aos cidadãos, em geral. pretendendo-se melhorar a qualificação dos trabalhadores, a satisfação dos públicos-alvo com o serviço público que prestamos e contribuir para a transformação digital do setor público, na demanda de um Instituto mais eficiente, moderno e orientado para o futuro.

PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS

Competências digitais	Excelência na Comunicação e Liderança transformadora	Planeamento e Gestão de Recursos	Saúde no Ato Rendimento Desportivo
Inteligência Artificial Generativa	Digital Customer Experience	Planeamento de Políticas Públicas	Emergência no Desporto - da Avaliação à Decisão
SEO & Inteligência Artificial para criadores e gestores de conteúdos	Excelência na gestão de serviços e no relacionamento com clientes	SIADAP 4.0 - A Nova Atualização para 2025	Gestão da Dor para Enfermeiros
Design & Generative Artificial Intelligence	Personalização do atendimento	Gestão de Riscos Hídricos: Legionella, Biofilme e Tratamento de Água	Estratégias de Recuperação no Desporto de Alta Competição
Qualidade 4.0	Gestão de Canais Denúncias (Whistleblowing)	Economia Circular	Fisioterapia no Joelho
Qualidade 4.0 na Saúde	Comunicação Assertiva focada a resultados positivos	Gestão Ambiental de Obras – Aplicações Práticas	Reabilitação das Lesões Musculares do Membro Inferior no Desporto
Design Thinking de Nova Geração, com IA e Gestão de Projetos (em parceria com UpSideUp)	Gestão da Mudança: Qualidade na Gestão e Participação na(s) mudança(s)	Nova Legislação de Certificação Energética de Edifícios	
Produtividade e Inovação suportadas em Inteligência Artificial – ChatGPT, Midjourney e outros, os nossos novos assistentes pessoais	FA>AP - Dirigentes Intermediários	Cenários para a transformação digital, realinhamento estratégico e eficácia dos planos de ação	
Introdução ao Power BI	FA>AP - Dirigentes Superiores	Estratégias para a transformação organizacional e para a transição digital (T2D)	
Focus na Gestão de Prioridades	Motivação, Eficácia e Gestão do Tempo das Equipas	Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	
Tableaux de Bord	O mundo VUCA – liderança situacional, ferramentas e equipas de elevado desempenho	Elaboração e Conceção de Projetos de Financiamento Europeu	
		Elaboração e Conceção de Projetos de Financiamento Europeu	

O IPDJ implementou o Sistema de Gestão da Conciliação (SGC) entre a vida profissional, familiar e pessoal, tendo efetuado a transição de acordo com os requisitos do referencial revisto NP 4552:2022. O sistema de gestão implementado baseia-se no ciclo de melhoria contínua, também conhecido por PDCA (Plan –Do –Check –Act), no qual se interrelacionam atividades de carácter estratégico e atividades de carácter operacional, que visam a melhoria contínua da organização.

Suportada na Estrutura de Alto Nível da International Organization for Standardization (ISO), introduzida pela Organização Internacional de Normalização (ISO) para dar a todas as normas do sistema de gestão uma estrutura uniforme e um conteúdo central semelhante, a sua implementação, manutenção e certificação pela APCER, constitui quer um investimento que integra boas práticas laborais e potencia a qualidade de vida dos trabalhadores do Instituto, quer um contributo para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

O reconhecimento do cumprimento dos requisitos da Norma, foi precedido de auditorias internas e externas, conduzidas por auditores da APCER, em conformidade com a Norma NP EN ISO 19011:2018 -auditorias a sistemas de gestão, prevendo-se **em 2025, a Auditoria de manutenção da certificação**, realizada para avaliar a melhoria contínua do Sistema de Gestão.



POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

O IPDJ assume o compromisso de planear, implementar e controlar medidas de Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, em todas as atividades desenvolvidas, serviços prestados e áreas organizacionais envolvidas, através do seu Sistema de Gestão da Conciliação (SGC), definido de acordo com os requisitos da Norma NP 4552;2022.

Pretende-se, para além de assegurar o escrupuloso cumprimento de todas as obrigações legais, regulamentares e específicas ao cumprimento da nossa missão e valores, aprofundar os processos tendentes à adoção das melhores práticas laborais, políticas tendentes ao apoio profissional e ao desenvolvimento pessoal, e prestação de serviços e benefícios relevantes para as partes interessadas, internas e externas, no âmbito da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

A conceção do SGC baseia-se na aplicação dos valores considerados fundamentais para o instituto, para o desporto, para a juventude e para a sociedade no seu todo – confiabilidade, diversidade e inclusão solidariedade, integridade e responsabilidade – e a sua implementação pressupõe a aplicação dos mesmos aos processos internos de gestão de recursos humanos e a outros processos com forte impacto na resposta às necessidades e expectativas das partes interessadas, bem como a definição de objetivos da Conciliação e formas de avaliar o cumprimento dos mesmos e contribuir para a melhoria contínua ao nível da Conciliação.

09 | MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

→ Medidas de Modernização Administrativa

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O incremento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, para a qual a modernização na administração pública configura uma dimensão incontornável, continuará a ser uma aposta no IPDJ.

Foram desenvolvidos ao nível do **Programa Simplex +**:

- ✓ O Certificado médico desportivo online
- ✓ O Agendamento on-line para utilização de espaços
- ✓ O Registo de clubes e federações desportivas + simples
- ✓ O Balcão Único IPDJ
- ✓ O Portal IPDJ inteligente
- ✓ O Estatuto do dirigente associativo jovem, na hora
- ✓ O Formulário único de candidatura a programas da juventude
- ✓ O Sistema Nacional de Informação Desportiva
- ✓ Os Quiosques digitais
- ✓ Juventude e Desporto – Dados Abertos

Para o **ano de 2025**, destaca-se o desenvolvimento dos seguintes processos:

SUAVA

Visa contribuir para a resiliência dos cidadãos, promovendo o bem-estar físico e emocional através do aumento da atividade física e desportiva no País e melhorar a prevenção da doença e a gestão dos encargos com doenças não transmissíveis será desenvolvida em 2025

DASHBOARDS

Dando continuidade ao projeto iniciado em 2023 de sistematização e disponibilização de dados relativos às áreas da juventude, desporto e áreas de suporte em formato aberto, pretende-se desenvolver em 2025 Dashboards e respetivos dados abertos que contenham indicadores de gestão, sendo alguns deles relacionados com a gestão orçamental, que permitam auxiliar nas tomadas de decisão.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

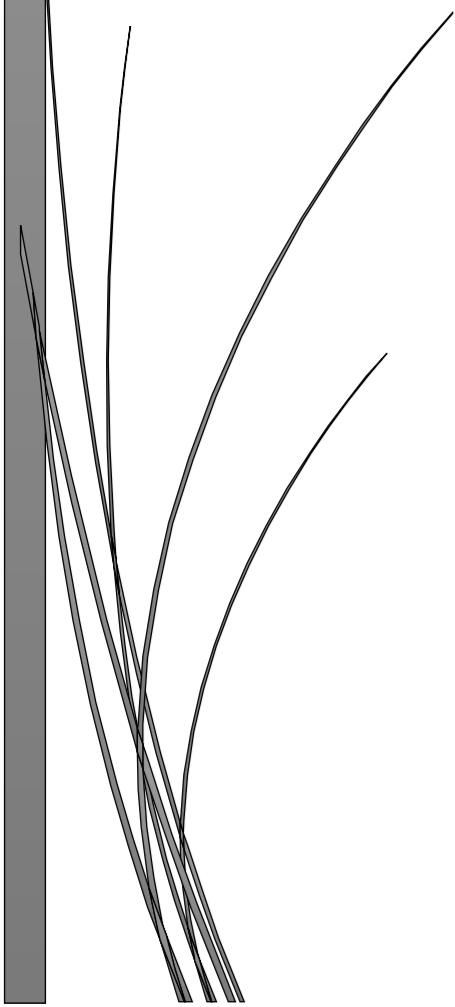
Pretende-se com esta medida capacitar os serviços internos do IPDJ, I.P no uso de ferramentas de inteligência artificial, promovendo desta uma maior agilidade e qualidade do serviço. O objetivo final será o de aumentar a eficiência e eficácia dos serviços prestados diminuindo o tempo despendido em algumas tarefas.

ASSISTENTE VIRTUAL

Pretende-se desenvolver um assistente virtual, com capacidade de utilização de mecanismos de inteligência artificial, de forma a poderem ser respondidas com mais exatidão as questões colocadas pelos cidadãos seja nas áreas de missão, seja nas áreas de suporte do IPDJ, I.P.



10 | PUBLICIDADE INSTITUCIONAL



Nos termos da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, aplicável aos Institutos Públicos, deve ser incluída no plano e relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional do Estado, nos termos definidos na regulamentação aplicável.

Não existe previsão, à data de elaboração do Plano, de iniciativas relacionadas com publicidade institucional. Não obstante a dotação inicial do orçamento de funcionamento do IPDJ ao nível de publicidade institucional para 2025 é de **535 463,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e três euros)**, que inclui a orgânica Escolhas e financiamento comunitário.

11 | GLOSSÁRIO DE SIGLAS

A-OP	Objetivos Operacionais Extraquadro
CAR	Centro de Alto Rendimento
CDNJ	Centro Desportivo Nacional do Jamor
CJL	Centro de Juventude de Lisboa
DAP	Divisão de Aprovisionamento e Património
DCC	Divisão de Contraordenações e Contencioso
DD	Departamento de Desporto
DDF	Divisão de Desporto Federado
DDT	Divisão de Desporto para Todos
DFA	Departamento de Fiscalização e Auditoria
DFQ	Departamento de Formação e Qualificação
DIAA	Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas
DIC	Divisão de Informação e Comunicação
DICRI	Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais
DIE	Departamento de Infraestruturas
DIED	Divisão de Infraestruturas Desportivas
DIET	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
DIPJ	Divisão de Inovação de Políticas de Juventude
DJ	Departamento Jurídico
DDM	Divisão de Documentação e Museologia
DMADO	Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional
DMD	Departamento de Medicina Desportiva
DP	Divisão de Programas
DPJ	Departamento de Programas de Juventude
DPJA	Departamento de Políticas de Juventude e Associativismo
DPSSLRA	Divisão de Políticas Sociais Lisboa e Vale do Tejo, Sul e Regiões Autónomas
DPSNC	Divisão de Políticas Sociais Norte e Centro
DR	Direções Regionais
DRAL	Direção Regional do Alentejo
DRALG	Direção Regional do Algarve
DRC	Direção Regional do Centro
DRF	Divisão de Recursos Financeiros
DRH	Divisão de Recursos Humanos
DRHFP	Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais
DRLVT	Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DRN	Direção Regional do Norte
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
OP	Objetivos Operacionais
OE	Objetivos Estratégicos
PA	Plano de Atividades
PNED	Plano Nacional de Ética no Desporto
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RH	Recursos Humanos
SGC	Sistema de Gestão da Conciliação
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
UACD	Unidade de Apoio à Carreira Dupla

12 | ANEXOS

- Anexo I Quadro de Avaliação e Responsabilização
- Anexo II Memória Descritiva - QUAR
- Anexo III Mapa de Pessoal 2025
- Anexo IV Plano de Formação 2025
- Anexo V Mapas Orçamentais